



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

EVELYN TALISA ABREU DE OLIVEIRA

**RODA CULTURAL DE BENEVIDES:**  
UMA PESQUISA-AÇÃO SOBRE A LUTA ANTIRRACISTA EM BENEVIDES/PA

BELÉM/PA

2022

EVELYN TALISA ABREU DE OLIVEIRA

**RODA CULTURAL DE BENEVIDES:**  
UMA PESQUISA-AÇÃO SOBRE A LUTA ANTIRRACISTA EM BENEVIDES/PA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em Sociologia e Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto.

BELÉM/PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

A162r Abreu de Oliveira, Evelyn Talisa.  
Roda Cultural de Benevides : uma pesquisa-ação sobre a luta  
antirracista em Benevides/PA / Evelyn Talisa Abreu de Oliveira. —2022.  
98 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto Dissertação  
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2022.

1. Coletivo cultural. 2. Luta antirracista. 3. Racismo por  
omissão. 4. Roda Cultural de Benevides. I. Título.

---

CDD 301

EVELYN TALISA ABREU DE OLIVEIRA

**RODA CULTURAL DE BENEVIDES:**

UMA PESQUISA-AÇÃO SOBRE A LUTA ANTIRRACISTA EM BENEVIDES/PA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em Sociologia e Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto.

---

**Data de aprovação**

**Banca examinadora:**

---

**Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto**  
**PPGSA/UFPA – Orientador**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Denise Machado Cardoso**  
**PPGSA/UFPA – Examinadora Interna**

---

**Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri**  
**PPGICH/UFSC – Examinador Externo**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Telma Amaral Gonçalves**  
**PPGSA/UFPA – Suplente**

Às vozes que não se calam e que seguem na luta pela genuína  
libertação em Benevides/PA.

## AGRADECIMENTOS

A escolha do pronome “nosso” que atravessa predominantemente esta pesquisa não foi arbitrária, mas ao contrário, ela reflete que o processo de construção desta investigação é resultado da interação coletiva, com todas as dificuldades, conflitos e contradições que tal postura implica, entre o coletivo cultural pesquisado, os sujeitos que o integram, as críticas e os direcionamentos via orientação acadêmica e o “eu”, aglutinando aquele que reside no município de Benevides e, por isso, observa e vivencia o que investiga, aquele que atua como pesquisadora que sistematizou esta dissertação e, por fim, aquele que integra a Roda Cultural de Benevides.

Mas além disso, escolher o “nosso” ao invés do “eu”, significa reiterar a impossibilidade de produzir esta investigação sem o acolhimento, o afago e o afeto de quem sei que estiveram por mim nessa caminhada de percalços e conquistas, seja por meio de palavras, de orações e da certeza da presença, apesar da distância que os últimos tempos nos limitou. Dessa forma, os agradecimentos seguem flexionados no plural.

Primeiro agradeço a Deus, por sua graça e bondade, tenho certeza de que, apesar de mim, sou cotidianamente contemplada pelo inefável amor com que fui alcançada na infância. Muita coisa mudou, mas jamais a convicção de que na laboriosa caminhada da vida, bem como desta investigação, eu precisei aprender a respirar e prosseguir e, para mim, isso só foi possível por manter viva na memória as vezes em que fui socorrida com a força e a coragem oriundas do divino para concluir com êxito meus objetivos.

Eu devo tanto aos meus pais, Simone e Zé Ricardo, que minha gratidão sempre será o mínimo. À minha mãe pela dedicação em compreender meus momentos de solidão e reflexão, em decorrência da tensão e, às vezes, do sentimento de frustração vividos em minha trajetória como pesquisadora. Por sua vez, sou grata ao meu pai por acreditar e incentivar meus projetos, assim como pelo abraço cheio de amor de todos os dias. Além deles, sou grata à minha irmã, Izabela, pela preocupação e carinho dedicados a mim.

Quero agradecer ao Walber, meu companheiro, alguém que me permite viver a experiência de um amor real. Sou grata pelo amor e atenção oferecidos a mim, pelo suporte técnico que essa pesquisa precisou, pelas críticas ácidas, mas principalmente por ser um ouvinte paciente dos meus casos como pesquisadora. *In memoriam*, sou grata ao meu sogro pelo carinho e cuidado com que sempre fui tratada. De igual modo, à minha sogra e sobrinha pelo acolhimento.

À Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia desta instituição, pela oportunidade de crescimento como estudante e pesquisadora.

Ao financiamento obtido por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por fornecer condições materiais para a manutenção deste mestrado, para o desenvolvimento desta pesquisa, assim como para meu investimento pessoal na área da educação.

Ao meu orientador, professor Dr. Rodrigo Peixoto, agradeço pela leitura atenciosa, pelas críticas honestas e pelas orientações concedidas. Mas principalmente, quero agradecer pela sensibilidade, gentileza e humanidade, características cada vez mais ausentes no meio acadêmico, mas que se fizeram presentes na relação estabelecida entre orientador e orientanda durante todo processo de construção desta pesquisa.

À professora Dra. Denise Machado e ao professor Dr. Reinaldo Fleuri, pela leitura crítica e pelas sugestões realizadas na etapa da qualificação.

À professora Michele Escoura pela escuta um tanto improvável de acontecer, se considerarmos o fato de eu nunca ter sido discente regular de nenhuma disciplina ofertada por ela. Apesar disso, me ouviu paciente e gentilmente, contribuindo para suscitar reflexões sobre o processo de fazer pesquisa.

Ao coletivo Roda Cultural de Benevides por acreditarem nesta proposta de pesquisa, assim como pelo compartilhamento de ideias e pelo fortalecimento de ideais. Admiro a força e a persistência cultivadas nesse coletivo que lança lenha de esperança em meio à tamanha frieza, indiferença e apatia com que os donos do poder tratam nosso anseio pelo reconhecimento e pela transformação social.

Às minhas magníficas amigas de mestrado e ao meu amigo, sou intensamente grata pelas incontáveis vezes em que fui ouvida, aconselhada e orientada. O objetivo principal de obter uma titulação foi brutalmente frustrado quando conheci essas pessoas, pois me fizeram perceber a necessidade de estarmos juntos prioritariamente e para além da pós-graduação. Por isso, sou grata a Manu, Glaucia, Keké, Laiane, Larissa, Manu e Alef.

Às minhas amigas, Iara, Liz e Rubi, pelas mensagens de preocupação e admiração, pelo compartilhamento de conflitos, assim como pela compreensão dos meus momentos de indignação e revolta. Saber que as tenho como amigas é saber que jamais estarei sozinha carregando nenhum fardo.

Por fim, agradeço aos meus amigos Samilys e Ytallo pela reciprocidade em compartilhar tudo o que a verdadeira amizade proporciona: alegrias, frustrações, inseguranças

e muita esperança de dias melhores. Comigo, essa dupla, compõe meu trio. Especialmente, agradeço ao Ytallo por estar comigo desde a orientação para o processo de admissão no mestrado e por desejar a mim as grandes e merecedoras conquistas que ele mesmo tem. Com vocês eu sei o que significa se alegrar com quem se alegra e chorar com quem chora. Isso é amizade. Obrigada!

*Dediquei-me neste estudo a apalpar a miséria do negro. Táctil e afetivamente. Não quis ser objetivo. Aliás, não é bem isso: melhor seria dizer que não me foi possível ser objetivo.*

*Frantz Fanon (2008)*

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo central investigar a mobilização do coletivo “Roda Cultural de Benevides” (RCDB), fundado em 08 de agosto de 2018, enquanto movimento de resistência negra, construído em um município que traz em sua configuração histórica a primeira libertação dos escravos na Amazônia. Assim, esta pesquisa procurou responder o seguinte problema: como o coletivo Roda Cultural de Benevides contribui para a atualização e visibilização da luta antirracista em Benevides/PA? Para isso, primeiro caracterizamos a RCDB, a fim de identificar as dinâmicas e os significados das ações do coletivo em relação a luta antirracista no município e, em seguida, por meio da proposta de intervenção, objetivamos a cooperação para o aprimoramento da consciência racial do coletivo, tendo em vista o conhecimento adquirido na universidade em diálogo com as vivências na RCDB. A metodologia desta investigação está amparada nos princípios da pesquisa-ação socialmente crítica, uma modalidade da pesquisa-ação política. As categorias de análise utilizadas neste trabalho são os novos movimentos sociais, movimento negro, movimento hip hop, coletivo cultural, luta antirracista, colonialismo, colonialidade. Dentre as referências teóricas estão Abdias Nascimento (2016), Aluízio Marino (2013; 2015), Ângela Alonso (2009), Aníbal Quijano (1992;2005;2009), Bruno Borda (2016), Frantz Fanon (2008), Glória Diógenes (2015), Grada Kilomba (2019), Kabengele Munanga (2019), Leila Ferreira (2019), Nilma Lino Gomes (2017), Petrônio Domingues (2007), Regina Novaes (2006), Remo Mutzenberg (2015), Ricardo Campos e Ágata Sequeira (2018). Os resultados da análise dos elementos e das ações que constroem e caracterizam a RCDB, assim como a experiência de prática social implementada, nos conduziram a duas conclusões. A primeira conclusão é a reprodução de uma das formas atualizadas do racismo à brasileira, isto é, o racismo por omissão, ressaltando a urgência do posicionamento explícito contra o racismo. A segunda conclusão corresponde à resposta ao problema de pesquisa proposto, a saber, a arte é a principal estratégia de luta antirracista contemporânea no município de Benevides.

**Palavras-chave:** Coletivo cultural; Luta antirracista; Racismo por omissão; Roda Cultural de Benevides.

## ABSTRACT

The main objective of this master's thesis is to investigate the mobilization of the collective "Roda Cultural de Benevides" (RCDB), founded on August 8, 2018, as a black resistance movement, born in a city that brings in its historical configuration the first liberation of slaves in the Amazon. Thus, this research sought to answer the following problem: how does the Roda Cultural de Benevides' collective contribute to the updating and visibility of the anti-racist struggle in Benevides/PA? For this, first of all, we characterized the RCDB, in order to identify the dynamics and meanings of collective actions in relation to the anti-racist struggle in the city, and then, through the intervention proposal, we aim at cooperation for the improvement of the racial awareness of the collective, in view of the knowledge acquired at the university in dialogue with the experiences in the RCDB. The methodology of this investigation is supported by the principles of socially critical action research, a modality of political action research. The analysis categories used in this work are the new social movements, black movement, hip-hop movement, cultural collective, anti-racist struggle, colonialism, coloniality. Among the theoretical references are Abdias Nascimento (2016), Aluizio Marino (2013; 2015), ngela Alonso (2009), Aníbal Quijano (1992;2005;2009), Bruno Borda (2016), Frantz Fanon (2008), Glória Diógenes (2015), Grada Kilomba (2019), Kabengele Munanga (2019), Leila Ferreira (2019), Nilma Lino Gomes (2017), Petrônio Domingues (2007), Regina Novaes (2006), Remo Mutzenberg (2015), Ricardo Campos and Ágata Sequeira (2018). The analysis' results of the elements and actions that build and characterize the RCDB, as well as the experience of implemented social practice, led us to two conclusions. The first conclusion is the reproduction of one of the updated forms of racism in Brazilian type, that is, racism by omission, highlighting the urgency of an explicit stance against racism. The second conclusion corresponds to the answer to the proposed research problem, namely, art is the main strategy of contemporary anti-racist struggle in the Benevides City.

**Keywords:** Cultural collective; Anti-racist fight; Racism by omission; Roda cultural de Benevides

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Monumento em alusão à libertação dos escravos em Benevides .....	24
<b>Figura 2</b> - Monumento inaugurado no aniversário de 58 anos da emancipação do Município de Benevides .....	25
<b>Figura 3</b> - Região Metropolitana de Belém .....	26
<b>Figura 4</b> -Resultado da alteração do monumento .....	30
<b>Figura 5</b> - Categorias de análise da pesquisa.....	48
<b>Figura 6</b> - Categorias de definição da Roda cultural de Benevides.....	49
<b>Figura 7</b> - Processo de elaboração do graffiti .....	55
<b>Figura 8</b> – Procedimentos metodológicos .....	65
<b>Figura 9</b> - Primeira logo oficial da Roda Cultural de Benevides .....	68
<b>Figura 10</b> - Logo atualizada da Roda Cultural de Benevides .....	69
<b>Figura 11</b> - Edição nº 42 da Roda Cultural de Benevides .....	71
<b>Figura 12</b> - 12ª edição do SLAM Liberdade .....	72
<b>Figura 13</b> - Infográfico .....	78
<b>Figura 14</b> - Fase de implementação.....	79
<b>Figura 15</b> - Roda de conversa.....	80
<b>Figura 16</b> - Roda Cultural de Benevides com o infográfico.....	80
<b>Figura 17</b> - Fotografia com a diretoria da Roda Cultural de Benevides.....	81
<b>Figura 18</b> - Montagem dos equipamentos .....	82
<b>Figura 19</b> - Equipamentos montados.....	82
<b>Figura 20</b> - Apresentação de poesia marginal .....	83
<b>Figura 21</b> - Público prestigiando a apresentação da poesia.....	83
<b>Figura 22</b> - Batalha de RAP .....	84
<b>Figura 23</b> - Batalha de RAP .....	84
<b>Figura 24</b> - Premiação da Batalha de RAP.....	85
<b>Figura 25</b> - Encerramento do 3º aniversário da Roda Cultural de Benevides .....	85

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

<b>CIC</b>	Centro Integrado de Conhecimento
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>GEPEAM</b>	Grupo de estudos e Pesquisa da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MAM</b>	Movimento Ação por Moradia
<b>RCDB</b>	Roda Cultural de Benevides
<b>SCL</b>	Sociedade Cearense Libertadora
<b>SLB</b>	Sociedade Libertadora de Benevides
<b>TEN</b>	Teatro Experimental Negro

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2. BENEVIDES NO PRESENTE</b> .....	<b>22</b>
2.1 ÍNDICES SOCIAIS E RACIAIS .....	22
2.2 RACISMO POR OMISSÃO NA TERRA DA LIBERDADE.....	25
<b>3. HISTÓRIA RACIAL DE BENEVIDES</b> .....	<b>34</b>
3.1 FUGAS, QUILOMBOS E A REVOLTA DA CABANAGEM.....	34
3.2 NÚCLEO COLONIAL AGRÍCOLA DE NOSSA SENHORA DO CARMO .....	36
<b>3.2.1 30 de março de 1884</b> .....	<b>38</b>
3.3 CONECTANDO PASSADO E PRESENTE .....	41
<b>4. “O CONFLITO É RACIAL, PORQUE A REVOLUÇÃO NESSE PAÍS É PRETA”</b> .....	<b>47</b>
4.1 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTO NEGRO, MOVIMENTO HIP HOP E COLETIVO CULTURAL .....	48
4.2 A ARTE COMO ESTRATÉGIA DA LUTA ANTIRRACISTA .....	52
<b>4.2.1 Arte urbana</b> .....	<b>53</b>
<b>4.2.2 Arte afro-brasileira</b> .....	<b>56</b>
<b>4.2.3 Juventude</b> .....	<b>58</b>
<b>4.2.4 Pressupostos teóricos da luta antirracista no Brasil</b> .....	<b>59</b>
<b>5. “NÃO VÃO NOS CALAR... AQUI AINDA GRITAMOS POR LIBERDADE”</b> ....	<b>63</b>
5.1 SOBRE A RODA CULTURAL DE BENEVIDES .....	66
<b>5.1.1 Elementos da (re) existência</b> .....	<b>67</b>
<b>5.1.2 Ações de (re) existência</b> .....	<b>70</b>
<b>5.1.3 Resistência à omissão</b> .....	<b>73</b>
<b>5.1.4 O caráter emancipatório da ação da Roda Cultural de Benevides</b> .....	<b>76</b>
<b>6. ANTES DE TERMINAR</b> .....	<b>86</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>89</b>

<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO 1 - Roda Cultural de Benevides .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO 2 - SLAM Liberdade .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO 3 - Escola de MCS.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO 3 - 3º aniversário da Roda Cultural de Benevides.....</b>	<b>98</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação de mestrado investigamos a mobilização acerca do coletivo “Roda Cultural de Benevides” (RCDB) enquanto movimento de resistência negra, construído em um município que traz em sua configuração histórica a primeira libertação dos escravos na Amazônia. Este fato ocorreu em 30 de março de 1884, onde estava situado o então núcleo colonial agrícola de “Nossa Senhora do Carmo”, hoje município de Benevides, localizado a 25Km da capital do Estado do Pará, no Brasil.

Em nossa apresentação de qualificação, expusemos os resultados dos elementos e das ações que constroem e caracterizam a RCDB. Tais constatações nos conduziram a reflexões e questionamentos constantes tanto sobre a contribuição para a luta antirracista contemporânea em Benevides/PA, quanto sobre nosso posicionamento dentro desse cenário.

A RCDB é um coletivo fundado no dia 08 de agosto de 2018. Com uma mobilização inicial incipiente, contou com a presença de cinco adolescentes e jovens, quando ocorreu a primeira batalha de RAP<sup>1</sup> no antigo terminal rodoviário da cidade. Porém, podemos dizer que os primeiros encontros ocorreram durante o intervalo entre as aulas em uma escola estadual e com a apresentação de batalhas de rima e poesia em programações dessa instituição.

Cabe ressaltar que a minha enunciação nesta investigação parte de um lugar que considera a minha interação como pesquisadora, residente no município de Benevides e também como integrante da RCDB desde 2019. Logo, as análises aqui apresentadas e discutidas são resultados da minha inserção nas reuniões de planejamento, na observação da programação e execução das batalhas, assim como na participação nas ações desenvolvidas.

Caracterizamos a sociedade de Benevides em nossos dias e depois retornamos à história racial do município com a finalidade de pensar a relação entre opressão e resistência que não se fez presente somente no passado, mas que é atualizada continuamente sob outras ações e outros discursos. Com isso, queremos contestar a afirmação que diz que o racismo brasileiro é mais brando e menos violento.

Apesar de nossa investigação ser evocada a partir de espaços-tempos específicos, ela não está estritamente limitada ao seu espaço geográfico, nem a qualquer tempo remoto. A referência local também nos instiga sobre outras vozes, memórias e histórias importantes para a formação social, política e identitária tanto do município quanto de outros territórios.

---

<sup>1</sup> Do inglês *rhythm and poetry*, ritmo e poesia, é um dos pilares do movimento hip hop. Descreveremos adiante como essa ação se desenvolve em Benevides por meio da RCDB (p. 66-73).

Em nosso passado recente, a organização dos quilombos representou um adequado exemplo da resistência negra e essa realidade nos permite apontar a dimensão tanto nacional quanto regional do problema de pesquisa, isso porque o contato entre diferentes sujeitos compartilhando a condição de escravos permitiu a criação de laços de solidariedade, de maneira que histórias e culturas não fossem totalmente aniquiladas.

Os quilombos foram mais que meros espaços de abrigo para negros fugitivos ou remanescentes de ex-cativos, tendo como característica primordial a sua forma organizativa, ao contemplar os elementos fundamentais de uma sociedade, constituiu-se em um espaço que foi para além da compreensão de territorialidade, construindo uma organização política, social, econômica e cultural, segundo nos mostra Leite (2000).

Rememorar a libertação dos escravos em Benevides desencadeia na necessidade de construir uma reflexão crítica sobre a abolição negra do regime escravista, especialmente quanto à inquietação sobre a relação entre a luta pela libertação e emancipação social em 1884, com a sociedade libertadora, e 2018, com a mobilização da RCDB. Perante isso, podemos ponderar que o impacto gerado pela libertação dos escravos em Benevides, quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea, ultrapassa a perspectiva da luta antiescravista em favor da liberdade e contra o sistema vigente e assinala a gênese de uma luta antirracista neste espaço.

Portanto, tendo em vista a configuração atual do município de Benevides, a retomada contextualizada de sua história racial e as formas de articulação e resistência negra atuais, apresenta-se a seguinte questão: **Como o coletivo Roda Cultural de Benevides contribui para a atualização e visibilização da luta antirracista em Benevides/PA?**

Um dos meus maiores desafios para o início do processo de construção deste trabalho foi delimitar o tema da pesquisa, de modo que fosse possível aprofundá-lo. Contudo, acredito que essa dificuldade se reproduza em distintas áreas do conhecimento.

Tratando-se das humanidades e, especialmente, a que toca na questão racial brasileira, essa característica se apresenta de forma ainda mais evidente, uma vez que tal problema implica diretamente em um dos principais pilares que configura toda a complexidade das relações sociais brasileiras. Em outras palavras, a estrutura da formação de nossa sociedade está baseada substancialmente nas relações raciais que aqui foram estabelecidas e reconfiguradas ao longo dos anos.

Em linhas gerais, o desafio de dissertar sobre a luta antirracista no Brasil tem, dentre suas razões, as características e particularidades próprias de cada região e estado brasileiro, bem como os eventos importantes da formação histórico-social desses espaços. Logo, a extensão e

a pluralidade de experiências sociais tornam esse empreendimento um desafio cada vez mais amplo.

Nessa amplitude espacial de caráter nacional, é impossível registrar todas ações desenvolvidas desde o Brasil colonial e imperial em prol da luta antirracista, ao passo em que é inevitável iniciar uma pesquisa que trate dessa temática, em um espaço-tempo específico, sem recorrer ao período de escravidão.

Entretanto, ao considerar relevante recorrer ao passado de nossa formação enquanto sociedade, isso não se realiza com o intuito de se deter a ele, pois embora seja necessário e inevitável conceber o fenômeno da escravidão no Brasil e rememorar sempre que oportuno as relações de poder as quais subjugaram homens, mulheres e crianças negras durante séculos, o objetivo é buscar nas lutas organizadas pela população negra os significados de resistência e emancipação social, tendo em vista tanto o tempo presente quanto a perspectiva futura.

Portanto, como objetivo geral investigamos a mobilização do coletivo RCDB, enquanto movimento de resistência negra, em um município cuja configuração histórica registra a primeira libertação dos escravos na Amazônia, a fim de com ele encetar ações antirracistas no município.

Por conseguinte, como objetivos específicos, inicialmente caracterizamos a RCDB, a fim de identificar as dinâmicas e os significados das ações empregadas pelo coletivo em relação à luta antirracista no município; e cooperamos com o aprimoramento da consciência racial do coletivo, por meio da interlocução com conhecimento adquirido na academia e em diálogo com a vivência na RCDB.

Realizar uma pesquisa cuja investigação atravessa o tema racial e as mobilizações em prol da superação do racismo significa pensar uma temática ao mesmo tempo contemporânea, mas facilmente conectada com o passado histórico brasileiro, por no mínimo duas razões:

Primeiro, porque, em termos legais, a sistematização de um projeto político de amplitude nacional, especialmente no campo da educação, que faça frente ao racismo, é recente, sobretudo a partir da Lei nº 10.639/2003 e dos seus instrumentos regulamentadores. Embora, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, hajam iniciativas a nível das unidades da federação, assim como dos municípios em protagonizar ações para adoção de um conteúdo escolar menos eurocentrado e racista, o que mostra que as ações de resistência são constantes em nossa história.

Segundo, porque a realidade da história racial brasileira exige que sejam frequentemente retomadas questões antigas, mas que se reconfiguram conforme a nossa sociedade também se modifica, exigindo novas reflexões. Em outras palavras, a luta antirracista é um problema

conectado ao nosso passado, ao passo em que é uma demanda atual, uma vez considerados os desafios e conflitos que passaram o século XX e se apresentam hoje.

Portanto, para avançar é necessário que não fiquemos presos à escravidão como se fosse um regime inerente a um tempo remoto. Aliás, um dos argumentos de quem intenta deslegitimar a luta antirracista e as ações que visam o combate propositivo ao preconceito e à discriminação racial na sociedade brasileira atual é se referir à escravidão como um tempo longínquo à nossa realidade. De acordo com essa visão, é descabido fomentar uma discussão para algo institucionalmente abolido. Mas a extinção legal do sistema de escravidão não deu fim à classificação racial existente.

Nesse sentido, sabendo que os efeitos da exploração e dominação persistem minando as relações sociais entre brancos e negros, hierarquizando as diferenças e, conseqüentemente, obstando o processo de socialização entre tais sujeitos, é imprescindível construir reflexões cuja centralidade corresponda às estratégias de atualização da luta, resistência e articulação da comunidade negra frente às formas de dominação atuais.

Em outras palavras, compreender a maneira pelo qual o racismo age e se incorpora em nossas relações é imprescindível para então ser possível combatê-lo. Por isso, é necessário pensar em estratégias de decolonização, a partir de formas de resistências e de emancipação em detrimento às formas de colonialidades que atravessam o tecido social, a fim de não perder de vista que, se a relação de dominação é atualizada, as formas de resistências também o são. Trata-se do reconhecimento de que não apenas existem outros sujeitos responsáveis pela construção da sociedade brasileira, mas que eles produzem saberes, conhecimentos e experiências que merecem ser visibilizadas e contadas.

Tendo em vista tais questões, essa pesquisa foi orientada pela metodologia da pesquisa-ação, considerando a sua definição, bem como seus objetivos e princípios, conforme Thiollent (2011). Destarte, inserido nas múltiplas possibilidades de orientação metodológica da pesquisa-ação, este trabalho corresponde à pesquisa-ação socialmente crítica, que trata-se de uma modalidade da pesquisa-ação política, segundo Tripp (2005).

Ainda de acordo com este autor, longe de ser um processo cristalizado e rígido, o ciclo básico desse tipo de pesquisa é formado pelas seguintes fases: o planejamento (fase 1), a implementação (fase 2) e a avaliação (todo o processo).

Em nossa pesquisa, na fase de planejamento (fase 1) estiveram inseridas a análise de elementos que caracterizam o coletivo, a participação nas programações, na construção da agenda e nos debates nas reuniões. Ressaltamos que a fase de avaliação (fase 3) foi uma constante durante todo o processo. Tal interação nos conduziu a propor como prática a

cooperação para o fortalecimento da consciência racial da RCDB (fase 2). Tratou-se de se apropriar dos conceitos da academia como instrumentos contribuintes para o aprimoramento de tal consciência.

Associada à metodologia da pesquisa-ação, nos apropriamos da concepção da conversidade (FLEURI, 2019), que diz respeito ao modelo de conhecimento construído mediante o diálogo crítico estabelecido entre a universidade e os movimentos sociais, a fim de nos orientar quanto nossa postura com nossos interlocutores.

Portanto, os recursos da investigação foram fundamentados na articulação entre os princípios da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), por meio da modalidade de pesquisa-ação socialmente crítica (TRIPP, 2005), e a concepção da conversidade (FLEURI, 2019).

Desde a gênese desta pesquisa, mesmo quando a única certeza eram as incertezas, foi indispensável conceber a teoria como uma orientação necessária sem, contudo, permiti-la enquadrar nossa investigação em qualquer determinismo sufocante. Nesta pesquisa, o aporte teórico é construído em um diálogo permanente com a prática social, a fim de conceber o problema de pesquisa à luz de uma perspectiva crítica, que nos permita compreender as ações protagonizadas por atores sociais destituídos historicamente do lugar de enunciação considerado legítimo, dentro da racionalidade científica ocidental.

Para isso, as categorias de análise que orientam esta investigação, estão agrupadas em dois conjuntos de categorias, organizadas da seguinte forma: o primeiro conjunto é constituído pela discussão entre os conceitos dos **novos movimentos sociais, movimento negro, movimento hip hop e coletivo cultural**; o segundo conjunto é composto pela discussão entre as concepções de **arte urbana, arte afro-brasileira, juventude e luta antirracista**. Além de tais categorias, reiteramos o uso das categorias de **colonialismo** e **colonialidade** mencionadas no início da pesquisa, como definições fundamentais para o embasamento teórico de nossa argumentação.

Desse modo, dentre os autores e as autoras que fundamentam nossa pesquisa estão: Abdias Nascimento (2016), Aluizio Marino (2013; 2015), Ângela Alonso (2009), Aníbal Quijano (1992;2005;2009), Bruno Borda (2016), Frantz Fanon (2008), Glória Diógenes (2015), Grada Kilomba (2019), Kabengele Munanga (2019), Leila Ferreira (2019), Nilma Lino Gomes (2017), Petrônio Domingues (2007), Regina Novaes (2006), Remo Mutzenberg (2015), Ricardo Campos e Ágata Sequeira (2018).

Quanto à estrutura, esta dissertação está dividida em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No **capítulo I**, denominamos de “Benevides no presente” o momento em que caracterizamos o município em nossos dias, a partir de dados obtidos do

último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010. Além disso, desenvolvemos a discussão sobre a categoria racismo por omissão, argumentação central que introduz esta pesquisa, a fim de tecer relações entre tais dados e a nossa experiência cotidiana em termos raciais.

No **capítulo II**, intitulado “História racial de Benevides”, apresentamos uma espécie de cronologia reversa, isto é, retrocedemos ao passado, depois de ter apresentado a caracterização atual no capítulo anterior, com a finalidade de refletir sobre as relações entre presente e passado, nessa ordem, uma vez que pensar as colonialidades é pensar que as implicações atuais de dominação ou resistência têm raízes históricas. Só precisamos investigá-las e, como fazemos nesta oportunidade, contá-las. Finalizamos este capítulo com a discussão das categorias de colonialismo e colonialidade.

No **capítulo III**, “O conflito é racial, porque a revolução nesse país é preta”, apresentamos sobretudo o desenvolvimento do referencial teórico que contribuiu para reger nossa pesquisa. Nossa intenção ao utilizar o recurso de mapas mentais foi organizar nossas ideias, bem como elucidar didaticamente as escolhas que para esta pesquisa fizeram sentido, a fim de situar o coletivo cultural que investigamos em um campo teórico do qual ele é produto. No final, apresentamos como a arte é utilizada como estratégia da luta antirracista.

Por fim, no **capítulo IV**, “Ninguém vai nos calar... aqui ainda gritamos por liberdade”, apresentamos e contextualizamos os resultados que obtivemos por meio da experiência com o coletivo RCDB, entre os anos de 2019 e 2021. Descrevemos o coletivo e ressaltamos os elementos e as ações de (re) existências, organizadas e implementadas pela RCDB. Posteriormente, apresentamos os apontamentos derivados da prática implementada junto ao coletivo cultural investigado, que se apresenta como estratégia de decolonização, isto é, uma resposta que retoma o debate sobre racismo por omissão. Finalizamos este último capítulo com notas pessoais acerca dos desafios de fazer pesquisa.

## 2. BENEVIDES NO PRESENTE

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas...  
Nem parece preto.

Lélia Gonzalez

Após abolida a escravidão em 1884 na antiga colônia agrícola de Nossa Senhora do Carmo, sucessivas leis e decretos a tornaram primeiro em vila e, posteriormente, em município. Isto ocorreu em 29 de dezembro de 1961, por meio da Lei nº 2.460. Esta seção tem como finalidade caracterizar o município de Benevides no tempo presente. Para isso, nos amparamos em dados extraídos do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010. Dentre os dados disponíveis, analisamos alguns que estão relacionados aos direitos no que tange à educação, renda e religiosidade.

Essa análise tem como recorte o atravessamento de caráter racial em relação a tais direitos, com o objetivo de refletir sobre a colonialidade do poder<sup>2</sup> reproduzidas no seio da sociedade benevidense. Acessar e analisar tais números é fundamental para compreendermos o lugar que esses sujeitos ocupam e em que medida gozam ou não dos mesmos. Porém, não se trata de reduzir sujeitos a números simplesmente, mas de ser capaz de tecer relações entre os dados expostos e a experiência cotidiana.

### 2.1 ÍNDICES SOCIAIS E RACIAIS

Para iniciarmos nossa discussão, registremos que das 51.651 pessoas que compunham a população total de Benevides no ano de 2010, acima de 78% eram negros<sup>3</sup> e aproximadamente 21% brancos. Ou seja, de antemão, este primeiro dado nos permite inferir que Benevides é uma sociedade majoritariamente negra. Portanto, trazemos a cor como marcador discricionário fundamental, ao passo que, frente a essa realidade racial atestada por dados numéricos, somos cômicos de que “em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas” (FANON, 2008, p 104). Essas incertezas cerceiam esta pesquisa, ao mesmo tempo em que revelam a importância de trazer à baila essa discussão.

---

<sup>2</sup> Permanências no presente de traços de dominação do passado colonial, fundamentados em raça e racismo, patriarcalismo e outros marcadores sociais que classificam e inferiorizam socialmente (QUIJANO, 1992; 2009).

<sup>3</sup> Soma de pretos e pardos, conforme classificação do IBGE.

Essa afirmativa nos leva a suscitar algumas questões a fim de nortear nossa argumentação, tais como: qual o significado da cor/raça sobre os sujeitos que não sabem ler nem escrever? Qual o rendimento comparativo desse segmento da população e o que isso implica? Qual a religiosidade dessas pessoas e por que essa informação é fundamental para nossa pesquisa? E, por fim, como essas questões interferem ou não na valorização e reconhecimento da luta antirracista em Benevides?

Iniciemos nossa argumentação a partir do dado sobre a população que não sabe ler nem escrever. O dado se refere às pessoas com 15 anos ou mais e corresponde a 36.402 pessoas. Destas, 2.485 não sabem ler nem escrever, o que representa aproximadamente 7% da população de Benevides. Desses 7%, cerca de 70% são pardos, 12,71% são pretos e 16,17% são brancos, ou seja, cerca de 83% são negros. Esses índices poderiam conduzir a uma interpretação reducionista, de que fazer parte da maioria da população explicaria o fato de que os negros são a maioria dentre os que não sabem ler nem escrever. Contudo, analisemos a questão.

O índice de negros que não sabem ler nem escrever ultrapassa o índice da população total de negros, enquanto que o índice de brancos diminui em relação ao mesmo comparativo, isto é, existe uma diferença importante entre negros e brancos nesse cenário. Além disso, poderíamos nos perguntar: por que nós negros e negras não ocupamos posições de poder? Por que, embora sejamos maioria, é muito raro um/uma de nós ocupar qualquer cargo de poder e prestígio?

Prosseguindo em nossa explanação, nos voltemos para o valor do rendimento médio mensal em reais da população de Benevides. O valor é de R\$ 687,00 para pretos e de R\$ 694,00 para pardos, enquanto que para brancos o valor é de R\$ 861,00. Em outros termos, isso significa dizer que brancos têm rendimento 1,3 vez maior que pretos e 1,2 vez maior em relação à renda de pardos, isto é, se o rendimento para pretos e pardos fosse de R\$ 1.000,00, o dos brancos seria R\$ 1.200,00 e R\$ 1.300,00, respectivamente. Esse dado exemplifica uma desigualdade existente.

Conforme os dados apresentados até o momento, podemos concluir da seguinte maneira: pretos e pardos somam a grande maioria da população de Benevides, mas são os que tem menos instrução no quesito saber ler e escrever e, além disso, possuem o menor rendimento, quando os comparamos à população branca do município. Logo, há um traço de desigualdade e concentração no acesso aos recursos em benefício de uma minoria.

Para finalizar nossa caracterização, pontuemos a questão da religiosidade: a maioria da população é católica, o que totaliza mais de 53%. Em segundo lugar, estão os evangélicos, que somam mais de 36%. É importante destacar a presença das testemunhas de Jeová com

aproximadamente 1%, seguido dos espíritas com 0,26%. Por sua vez, a pesquisa do IBGE, quanto às religiões de matriz africana, que considera o candomblé, a umbanda e outras religiosidades afro-brasileiras, encontra em Benevides uma porcentagem que só terá alguma expressividade em termos estatísticos se forem somadas e, ainda assim, totalizam apenas 0,12%. Não será isso resultado de uma repressão racista instaurada desde tempos coloniais que se reproduz no tempo presente, caracterizando uma colonialidade?

Dessa forma, quando observamos a representatividade constituída por católicos e evangélicos, que juntos compõem a grande maioria da população, com aproximadamente 90%, podemos afirmar que Benevides é uma sociedade majoritariamente negra e expressamente conservadora, o que nos leva a considerar que tal fato configura uma das dificuldades que uma proposta de caráter antirracista e emancipatória quanto à questão racial terá no município. E, no entanto, esse é o escopo da pesquisa-ação que propomos realizar com a RCDB.

Apesar da repressão histórica e da omissão à cultura negra no município, existem algumas referências materiais e imateriais sobre a nossa história, como o monumento em alusão à libertação dos escravos em Benevides, presente em uma das entradas da cidade, sentido Belém-Benevides. Trata-se de uma mão apontada para cima, com correntes quebradas e um pássaro representando a liberdade, conforme figura abaixo:

**Figura 1** - Monumento em alusão à libertação dos escravos em Benevides



Fonte: Autora (2019)

Além desse monumento, outra materialidade dessa memória era o monumento localizado no centro da cidade, em frente à Prefeitura Municipal, como nos mostra a figura a seguir:

**Figura 2-** Monumento inaugurado no aniversário de 58 anos da emancipação do Município de Benevides



Fonte: Autora (2019)

A materialidade da história de Benevides presente em alguns pontos do município, como mostramos acima, na maioria das vezes passa despercebida sob os nossos olhos. As demandas cotidianas nos condicionam a uma celeridade que nos impossibilita até mesmo de questionar sobre tais questões. Portanto, a existência desses monumentos, em si, não gera um impacto significativo nem em nossa mentalidade nem em nossas condutas.

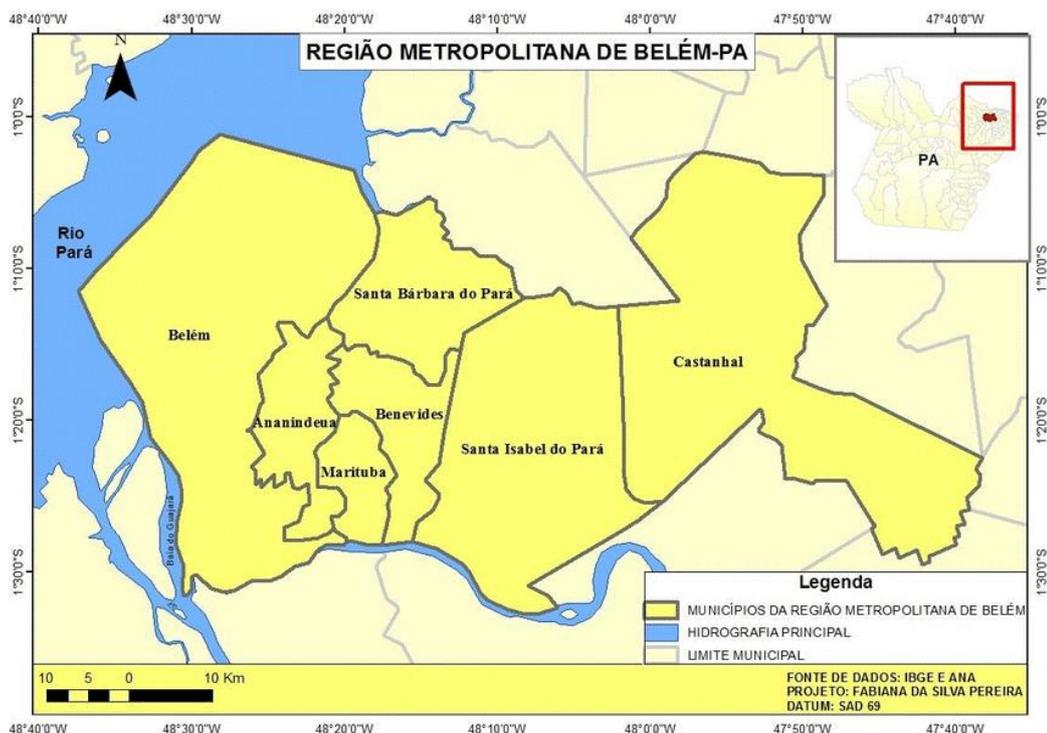
A valorização e o reconhecimento são dois princípios básicos para a mobilização antirracista em qualquer contexto, mas isso só pode ocorrer se conhecermos a história de luta, os objetivos e o impacto que nossa ação ou omissão gera em nossa sociedade. Portanto, a seção a seguir é um convite à reflexão e, na melhor das hipóteses, à mudança de postura mediante casos de racismo em nossas vivências diárias.

## 2.2 RACISMO POR OMISSÃO NA TERRA DA LIBERDADE

O município de Benevides faz parte da região metropolitana de Belém, localizado a 25 km da capital. Tem como municípios limítrofes Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará

e Santa Izabel do Pará. Dentre as mudanças territoriais, ressaltamos que Benevides já fez parte de Belém como distrito. Abaixo está o mapa da referida região:

**Figura 3 - Região Metropolitana de Belém**



**Fonte:** IBGE e ANA (Elaborado por Fabiana da Silva Pereira)

Curiosamente, quando nós, os que residimos em Benevides, somos questionados na universidade sobre onde moramos, a reação à nossa resposta comumente é de surpresa acompanhada de uma expressão como quem quisesse dizer: Nossa, tão longe! A contradição é pensar que, ao mesmo tempo em que não é tão distante, é muito desconhecida, embora já tenha feito parte de Belém antes do processo histórico de autonomia do município.

Não se sabe muito da sua história nem o que ela representa. Às vezes, nem os seus moradores a sabem. A literatura existente se restringe à academia. A quem atribuiremos a responsabilidade por isso, afinal? E qual o significado disso para a nossa pesquisa?

E se começássemos a indagar questões cotidianas que fazem parte de nossa vivência, como, por exemplo, o porquê dessa cidade se chamar assim? Alguém imagina que ela recebeu esse nome em homenagem a um antigo político? Indo além, que este tem origem em uma família tradicional, proveniente de uma nação colonizadora e, portanto, exploradora e dominadora? De forma geral, benevidenses sabem que a dominação política exercida sobre os seus não é atual, porém não sabem a profundidade dessas raízes.

O que mudaria caso começássemos a nos questionar sobre a origem e os significados dos nomes dados às escolas, às ruas, às praças? Que diferença faria se, em vez de personagens que representam nosso passado escravocrata, evocássemos Luiz, Macário, Quitéria, Florência, Maurício, Gonçalo e outros nomes que a história não nos contou como chamavam? O fato é que quase nada sabemos sobre as histórias, origens, crenças, famílias e nem mesmo rostos desses homens e dessas mulheres.

Esse outro olhar é necessário para reconfigurar nossa rota de interpretação, a fim de conferir devida atenção para o outro lado da repressão: a resistência. Sobre tal direcionamento, Grada Kilomba (2019) aponta que “a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade”, portanto, “a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos” (KILOMBA, 2019, p. 68). Conceber foco para a resistência não é romantizar a violência, mas refletir criticamente sobre a existências de outros olhares, vozes e narrativas que foram suprimidos e impedidos de serem conhecidos.

Por outro lado, ao priorizarmos em nossa pesquisa o outro lado da história, nos deparamos com mais um desafio: lidar com a conquista de um novo lócus de enunciação dentro do espaço acadêmico, conforme argumenta José Jorge de Carvalho (2001). Esta conquista é fruto de um processo que questiona justamente a influência exercida no espaço acadêmico do conhecimento produzido no contexto de privilégio ocupado pelas nações colonizadoras.

Segundo o autor, é necessário devolver o olhar, ou ainda, relocar o olhar do pesquisador situado na periferia global, a fim de que sejam construídas narrativas a partir da posição de subalternos, as quais serão fontes de explicação para as experiências históricas dos povos colonizados, bem como para o reconhecimento das condições históricas e políticas que legitimaram a subordinação de tais sujeitos à subalternidade, afinal a presença subalterna sempre foi essencial para a constituição dos cânones.

Para isso, Carvalho faz apontamentos estratégicos de como elaborar o contraponto aos clássicos, tais como: ler tais autores, minar a autoridade que pretensamente se apresenta como intocável e questionar as condições históricas em que foram criadas as narrativas hegemônicas, dentre as quais a escravidão. Grosso modo, “o que está em jogo, de fato, é a luta pelo controle da narrativa histórica: são as tentativas do dominador de silenciar a versão do subalterno e as estratégias desse para desmascarar a versão dominante que se pretende fixar como verdadeira” (CARVALHO, 2001, p. 126).

Nesse sentido, pesquisar formas de resistências elaboradas pela população negra desde o regime da escravidão, assim como os modos de atualização da história e memória deste grupo social, é imprescindível para destacar como ocorre na contemporaneidade o diálogo entre os movimentos sociais e as instituições, sobretudo quando pensamos em que medida tal articulação contribui efetivamente para a ampliação da luta antirracista.

Contudo, para pensarmos em estratégias, é necessário antes de tudo reconhecer o problema e a maneira como ele age. Tratando-se de racismo, não existe um só modo de operar. Assim, dentre as diversas formas com que o racismo pode operar estão, desde as mais antigas, como os racismos científico e institucional, até modos ditos contemporâneos, como os racismos recreativo e ambiental, sob a égide do que chamamos de racismo estrutural.

Segundo Grada Kilomba (2019), no racismo estão presentes três características que se articulam simultaneamente, são elas: a construção da diferença, os valores hierárquicos conferidos a tais diferenças e, por fim, o poder histórico, político, social e econômico de determinados grupos sobre outros. É importante salientar que a diferença como diversidade não constitui o problema, mas sim a hierarquia a ela relacionada, isto é, o estigma, a noção de inferioridade e a classificação racial que ela produz.

Nesta pesquisa, atentemos para um tipo de racismo específico: o racismo por omissão, isto é, aquele que atua por meio do silêncio. Mas o que isso significa? Segundo Lélia Gonzalez (2020), o racismo por omissão implica no esquecimento e na invisibilização do problema racial. Conforme a autora, este é “um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico” (GONZALEZ, 2020, p. 221). De acordo como esse argumento, o racismo pressupõe superioridade cultural, logo é melhor fingir que ele não existe para que a suposta superioridade não seja afetada.

Além disso, o racismo por omissão tem a ver com o mito da democracia racial, ideologia que fora forjada como proposta da explicação para a unidade nacional, a qual escamoteia o seu fundamento violento ao negar e, portanto, omitir a existência de racismo, ao dissimular que somos uma sociedade de iguais, em que todos, brancos e negros, gozam dos mesmos direitos. Portanto, enunciar o racismo por omissão é denunciar o mito da democracia racial.

Acerca da definição do racismo no Brasil e sua relação com o mito da democracia racial, afirma Nilma Lino Gomes:

O racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. No Brasil, ele opera com a ideologia da raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que

se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira (GOMES, 2017, p. 98).

Na visão de Nascimento (2016), o preconceito de cor e a discriminação racial permanecem disfarçados sob a máscara do mito da democracia racial. Segundo este intelectual, tal mito possui três objetivos centrais, são eles: impedir qualquer reivindicação baseada na origem racial; assegurar que todo o resto do mundo jamais tome consciência do verdadeiro genocídio que se perpetra contra o povo negro do país; e, aliviar a consciência de culpa da própria sociedade brasileira.

Assim, na medida em que se evita expor e discutir acerca da realidade histórica da experiência africana e afro-brasileira, com todas as implicações que ela produziu no imaginário social, o mito da democracia racial continua exercendo sua função de limitar uma autêntica compreensão e, por sua vez, impedindo a mobilização em prol da luta antirracista no Brasil. Nascimento (2016) utiliza o termo genocídio, a fim de provocar o leitor quanto ao histórico processo de silenciamento, apagamento, destituição, perseguição e extermínio com que foram subjugados o povo preto neste país. A esse processo ele chama de racismo mascarado.

Além disso, podemos relacionar o racismo por omissão ao racismo cotidiano, conforme definição de Grada Kilomba:

O termo ‘cotidiano’ refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um ‘ataque único’ ou um ‘evento discreto’, mas sim uma ‘constelação de experiências de vida’, uma ‘exposição constante ao perigo’, um ‘padrão contínuo de abuso’ que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (KILOMBA, 2019, p. 80).

Nessa perspectiva, “o racismo cotidiano não é um evento isolado, mas sim um acumular de episódios que reproduzem o trauma de uma história colonial coletiva” (KILOMBA, 2019, p. 218). Desse modo, podemos inferir que o racismo por omissão é uma ramificação do racismo cotidiano, os quais, por sua vez, possuem uma forma particular de se manifestar no município de Benevides, tendo em vista a colonialidade a que estão alinhados. Sobre tal questão, aprofundaremos no próximo capítulo.

Em Benevides, o racismo por omissão pode ser percebido quando observada a ausência do debate e de ações em instâncias da administração pública direta, tais como as secretarias de educação e de cultura, quando compreendida a discrepância entre a pontualidade de uma celebração que é, ao mesmo tempo, estereotipada e exotizada e a indiferença às práticas do

racismo cotidiano e, além disso, quando verificamos a ausência de propostas explícitas nos planos de governo quanto à questão étnico-racial.

Recentemente o monumento que fica localizado no centro da cidade (figura 2) foi alterado. Poderíamos simplesmente inferir que a camada de tinta amarela sem vida teria como propósito promover a manutenção de um patrimônio público? Certamente, se ele estivesse deteriorado, o que não era caso. Tratamos como metáfora este literal apagamento. No contexto do racismo por omissão, tal ação tratou-se de mais uma tentativa sutil de apagar e, portanto, de omitir qualquer traço da memória que relacione o município de Benevides ao histórico processo de libertação das amarras da escravidão em que ele está inserido.

**Figura 4** -Resultado da alteração do monumento



Fonte: Autora (2021)

Outro exemplo dessa mesma natureza é a forma como os dias 30 de março e 20 de novembro são anunciados, mesmo que em diferentes governos. No governo passado, encontramos a defesa da conhecida expressão “somos todos iguais”. No governo atual, o que chama atenção são os termos ou expressões, tais como respeito, solidariedade, tolerância e amor ao próximo. Esses termos são agradáveis de se ler e é o que se espera de uma sociedade bem construída.

Entretanto, para efeito de transformação no âmbito das relações étnico-raciais, tais termos esvaziam o sentido real das lutas relacionadas a tais datas, isto é, das lutas antirracistas. Não existe nenhuma implicação efetiva a defesa de conceitos abstratos, uma vez que a experiência cotidiana exige respostas concretas. Portanto, a escolha dos termos supracitados em detrimento da referência explícita das concepções de racismo, antirracismo, movimento negro, luta antirracista e educação antirracista, por exemplo, refletem e reiteram a omissão quanto à questão racial no município.

Em síntese, a poesia a seguir, elaborada pela poetisa marginal Liz Silva (2021), uma das diretoras do coletivo RCDB e que se fará presente como uma potente voz desta pesquisa, nos convida à reflexão sobre tal questão da seguinte forma:

E a partir de hoje não falaremos mais sobre racismo.  
 E assim, portanto, sem palavra lançada, ele deixará de existir.  
 E a partir de hoje eu decreto silêncio perpétuo sobre a minha pele negra que grita: maldito seja tu, racista!  
 E ele deixará de existir.  
 É silêncio que cês querem. Então hoje eu silencio. Mas eu não esqueço que não é só de uma voz que sou feita. E tal qual ossos em vale perpétuo, cês vão ouvir gritar todos os mortos pelo teu conceito de silêncio sobre a dor do preto. E daqui hoje cês não passam.  
 Tá cansado de ouvir a voz do preto que fala sobre racismo, é porque o papo deve ser com você mesmo, parceiro.

Em um cenário mais amplo, a produção desta pesquisa está inserida em um contexto que expressa e legitima o racismo por meio da omissão, ou ainda, da “apatia”, que se apresenta como sinônimo de indiferença. Observamos essa postura por meio do discurso político e ideológico, que atravessa o Brasil, sobretudo no período pós-2018. Em outras palavras, o estado de apatia é a postura indiferente à diversidade como um valor, cujo objetivo é tentar suprimir as diferenças históricas por meio de uma proposta discursiva homogeneizadora da sociedade brasileira. Isso porque “o racismo funciona através do discurso” (KILOMBA, 2019, p. 130). Portanto, esse discurso contribui para manter nossas estruturas racistas.

Dentro desse cenário, está presente a manutenção da antiga relação entre o discurso dominante e a resistência negra. De um lado, o discurso homogeneizador acerca das diferenças é um elemento que indica que o desafio social da luta antirracista, em grande medida, se encaixa aos moldes do discurso racial do início do século XX. Em outras palavras, a perspectiva sobre a miscigenação como símbolo da unidade nacional, presente nos primeiros decênios do século passado, é retomada e reproduzida como se fossemos todos produtos de uma mistura racial, ou ainda, sob a forma de um velho jargão: “*somos todos iguais*”.

Por outro lado, tal realidade exige de nós, comunidade acadêmica e movimentos sociais, uma constante atuação política frente às questões raciais, tendo em vista mudanças profundas na estrutura. Uma vez que, apesar do estado de apatia no discurso e prática mencionados, a realidade racial brasileira demonstra a continuidade da produção, articulação e disseminação por parte da comunidade negra dos saberes negros construídos, sejam eles de ordem identitária, política ou estético-corpórea, conforme argumenta Gomes (2017).

Em diálogo com o conflito supracitado, eclodiu em maio de 2020 uma onda de protestos antirracistas que se expandiu pelos Estados Unidos depois que um segurança negro chamado George Floyd, de 46 anos, foi assassinado por um policial branco em Minneapolis no dia 25 de maio. A frase *“I can’t breathe”* repercutiu nas redes sociais por ter sido a última frase enunciada, repetidas vezes, como súplica, por Floyd no momento do ato criminoso.

No Brasil, dias antes, em 18 de maio, João Pedro de 14 anos foi morto dentro da própria casa na comunidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, por meio de uma operação policial. O que chama a atenção é que o caso de João Pedro não é um fato isolado. Sabendo que mais de 55%<sup>4</sup> da população brasileira é composta por negros e que mais de 75%<sup>5</sup> das pessoas assassinadas fazem parte deste grupo racial, esta realidade nos permite refletir sobre a razão pela qual a população negra está mais exposta à violência no Brasil.

Doutro modo, a fim de aprofundar esta argumentação, recorreremos a mais um episódio. Trata-se da autorização do ministro Celso de Mello, no dia 22 de maio, de acesso ao vídeo de uma reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril. Dentre os pronunciamentos, é pertinente ressaltar a fala do então ministro da educação Abraham Weintraub, que expressa de forma contundente: *“odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo, odeio...só tem um povo nesse país...é povo brasileiro, só tem um povo, pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, acabar com esse negócio de povos e privilégios, só pode ter um povo”*.

Por que trazer à presente discussão dois casos de violência racial, cônica de que eles não são esporádicos, além também da fala do então ministro?

Para melhor elucidar essa questão, evoquemos o intelectual negro Abdias Nascimento, quando se referiu em sua obra *“O genocídio do negro brasileiro”* ao caráter mítico do *“africano livre”* pós-abolição. Forçadamente incluído nas guerras em nome do *“Brasil”*, dentre as quais a Guerra do Paraguai (1864-1870), o negro escravizado que passara a ocupar a função de

---

<sup>4</sup> Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua 2012-2019 (IBGE).

<sup>5</sup> Atlas da Violência de 2020, com base em pesquisa realizada em 2018 (p. 47).

soldado em tais guerras, representava para mitólogos raciais, uma “prova” de integração na sociedade brasileira, denuncia Nascimento.

Conforme este autor argumenta, tal mito apenas sustentou uma “pura e simples forma de um legalizado assassinio coletivo”, além disso ele reitera que “os afro-brasileiros precisam rever constantemente fatos como este de dar suas vidas nas guerras de um país que não os reconhecia como **seres humanos** e que, até os dias presentes, os mantém como cidadão de segunda classe” (2016, p. 80 - grifo próprio).

Logo, quando observadas as condições provocadas por uma ampla e profunda racialização da sociedade brasileira, é impróprio admitir qualquer discurso de homogeneização. Assim, o recurso discursivo de uma suposta uniformidade entre nossa experiência racial, somado ao tom indignado da referida fala contra a diferença racial brasileira, representa um ato tanto de desonestidade intelectual como racista.

Portanto, o racismo por omissão é uma expressão explícita do racismo brasileiro atual. Paradoxalmente, a postura apática de quem escolhe não falar e, por sua vez, não se posicionar diante de um caso de racismo, não o priva de contribuir diretamente para a manutenção desse sistema de opressão que atravessa nossa história há séculos. A escolha em si é uma ação que produz e reproduz distintas formas de colonialidade, uma vez que não dar nomes aos fatos e às experiências conduz ao não reconhecimento do problema e, por conseguinte, à não busca pela superação do mesmo. Por isso, é fundamental entender que “uma sociedade é racista ou não é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas” (FANON, 2008, p. 85).

### 3. HISTÓRIA RACIAL DE BENEVIDES

Brasil, meu nego  
 Deixa eu te contar  
 A história que a história não conta  
 O avesso do mesmo lugar  
 Na luta é que a gente se encontra

Estação Primeira de Mangueira

A primeira sistematização historiográfica sobre a presença e a atuação negra na Amazônia é atribuída ao historiador paraense Vicente Salles (1931-2013), com a publicação da obra “O negro no Pará sob o regime da escravidão”, em 1970. Este autor contribuiu ainda para o registro da participação do negro em diversos segmentos sociais, resultando na publicação em 2004 de outra conhecida obra chamada “O negro na formação da sociedade paraense”, a qual trata-se do compilado de palestras e artigos realizados entre os anos de 1976 e 2002.

Assim, utilizamos este teórico com base nas duas obras supracitadas, apresentando apontamentos das características e elementos que corroboram para compreender a necessidade de situar historicamente o lugar e as relações de poder existentes na Amazônia do século XIX, com foco para o lugar ocupado pela atual cidade de Benevides, destacando os antecedentes históricos e a culminância da luta abolicionista no município. Apesar dessa escolha, sabemos que outros autores e grupos de estudos desenvolveram posteriormente importantes análises, como apontamos adiante.

#### 3.1 FUGAS, QUILOMBOS E A REVOLTA DA CABANAGEM

Primeiro, cabe ressaltar que na então província do Grão-Pará os negros eram quantitativamente poucos, sendo introduzidos de forma paulatina e, juntamente com os indígenas que também compartilhavam da condição de escravidão, ambos formavam a base do sistema de produção colonial paraense. Posteriormente à organização das fugas, houve a expansão dos quilombos, pois configuravam o principal foco dos negros que haviam fugido, seja do campo ou da cidade.

Desse modo, conforme Salles (2005), a fuga de escravos tornou-se prática até mesmo cotidiana da vida dos que viviam sob o cativo do regime escravista e, portanto, essas ações eram por vezes incontroláveis para as autoridades da época. Assim era estabelecida tal relação: o domínio pelo sistema escravista, as fugas e a formação dos quilombos como a reação mais

tradicional e, conseqüentemente, providências por parte das autoridades, a fim de estagnarem essas formas de reação, a qual chamamos de resistências.

Nesse contexto, é necessário destacar a revolta popular da Cabanagem ocorrida entre 1835 e 1840, no período que corresponde ao momento da História do Brasil conhecido como fase regencial. Esse movimento teve como uma das conseqüências mais imediatas a reconfiguração do destino das fugas desses escravos. Tais fugas outrora destinadas para quilombos mais distantes da capital, passaram a ocorrer nos arredores de Belém, devido ao engajamento de negros, escravos e libertos no movimento.

A adesão desses sujeitos ao movimento se realiza com o objetivo de escapar do regime através dessa revolta. Porém, com o fim da Cabanagem, este autor chama a atenção para a situação de condicionamento desses sujeitos ao retorno do procedimento tradicional em busca da liberdade mencionado acima: fuga e ajuntamento em quilombos.

A partir desse momento, ocorre a intensificação do fluxo de fugas pela Amazônia. A revolta cabana foi a mais importante mobilização social registrada na história do Pará e, segundo alguns historiadores, talvez seja a mais importante da história do Brasil no referido período. É interessante notar que ela tinha como principal aspecto a luta de classes, uma vez que o objetivo dos cabanos consistia primordialmente na luta contra os que tinham se apossado das terras dessa província.

Desse modo, essa revolta teve intervenção direta das classes populares, tanto do campo quanto da cidade, com o objetivo de revolucionar a estrutura da sociedade paraense nesses termos. Por assim dizer, apesar do resultado final, tal revolta desestabilizou a vida social e econômica da Amazônia na época.

De acordo com o autor em questão, a luta antiescravista se apresentou como uma das reivindicações da revolta da Cabanagem. Logo, aderir ao movimento implicava colocar como uma das pautas mais importantes a libertação dos escravos do regime vigente. Conforme foi dito, esse movimento foi um marco na história do Pará, bem como do Brasil. Entretanto, ele não foi para o negro além de um momento de animação provocado pela euforia em torno dessa luta social.

Apesar disso, durante o curso desse movimento, ocorrera como conseqüência um relativo afrouxamento e desestabilização da relação entre senhores e escravos, repercutindo seus efeitos em alguma medida nessas relações, porém não houve um impacto significativo para o problema fundamental do negro naquele período, a saber, da liberdade do regime escravista.

Assim, posteriormente com a supressão da revolta, ocorreu paulatinamente a reorganização do regime escravista, em que os negros continuaram em uma situação de

sujeição, submissão e subalternidade quanto à exploração da força física, no tocante ao caráter social dessa relação desigual, mas principalmente da dominação via justificação racial. As iniciativas abolicionistas só ganharam novamente força quando foram criadas as sociedades emancipadoras, cujo início se deu partir de 1858, quase 20 anos após o fim da revolta cabana. Tem-se registradas as ações de algumas dessas sociedades, dentre as quais a do Ceará e de Benevides, conforme apresentaremos a seguir.

Esses fatos nos conduzem a ressaltar a imprescindibilidade de reconhecer que a luta antirracista no Brasil tem sido construída desde que o regime da escravidão foi estabelecido como sistema político, econômico e social. As condições de existência nada favoráveis, a exploração econômica e a dominação das relações e das manifestações da população negra, geravam um clima de insegurança e, por conseguinte, reações insubordinadas por parte daqueles que estavam em situação de dominação. Logo, tais sujeitos, dentro das limitações impostas, nunca foram apáticos ao sistema de exploração e dominação impostos sobre eles.

### 3.2 NÚCLEO COLONIAL AGRÍCOLA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Grosso modo, trabalhos de cunho sociológico que tratam da luta antirracista, das ações de resistência negra e da mobilização política racial no Brasil são demarcados pelo período que sucede a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Os que retrocedem a esse período evidentemente são as pesquisas de caráter historiográfico. Assim, reiterando o que destacamos acima, recorrer a tais estudos foi importante para a contextualização da pesquisa realizada.

Portanto, indo mais adiante, dentre a literatura disponível, gostaríamos de mencionar o Grupo de Estudos e Pesquisa da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma vez que a produção e acessibilidade às pesquisas deste grupo contribuíram para pensar a realidade local do histórico de Benevides. Dentre as produções acadêmicas, apontamos por um lado, o trabalho de dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia, de autoria de Ana Carolina Trindade Cravo, defendida no ano de 2014, cujo tema tratou da atuação da Sociedade Libertadora de Benevides entre 1881 e 1888.

Outra contribuição importante é a tese de doutorado do professor José Maia Bezerra Neto, a qual diz respeito às lutas contra a escravidão, bem como os limites da abolição na província do Grão-Pará entre os anos de 1850 e 1888. Tal pesquisa foi igualmente importante para refletir na atuação da referida sociedade antes da Lei Áurea em 1888.

Relacionado ao contexto nacional da época, sucedeu que no Norte do Brasil, foi fundado o Núcleo Colonial Agrícola de Nossa Senhora do Carmo, em 13 de junho de 1875. Tratou-se de uma das principais ações da província paraense para fomentar a imigração inicialmente estrangeira e, em seguida, nacional, na região do nordeste paraense. Sobretudo, no espaço entre Belém e a cidade de Bragança, de acordo com o trabalho de Bezerra Neto.

Antes de adentrar na atuação da luta antiescravista por meio da articulação da Sociedade Libertadora de Benevides (SLB), vale ressaltar algumas das características que compuseram a configuração de Benevides no século XIX. Primeiro, quanto às formas de acesso à capital que inicialmente foi por estrada de rodagem, antes do início da construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança em 1883, em que esta passou a ligar Benevides à capital paraense. Além disso, existia outra alternativa de acesso através do transporte fluvial pelo rio Benfica.

Nesse contexto, retomando a contribuição dos estudos de Salles (2005), a atividade agrícola não se desenvolveu em toda província paraense, devido às características das condições ambientais desfavoráveis. Logo, tais atividades foram limitadas aos arredores da capital. Compreender Benevides nesse campo de análise é necessário, pois este lugar tornou-se relevante no cenário econômico, uma vez considerada a sua proximidade de Belém e as vias de acesso a capital existentes.

Quanto à configuração da população dos primeiros habitantes de Benevides, como mencionado, ela foi inicialmente constituída por imigrantes estrangeiros. Bezerra Neto (2009) registra em sua pesquisa que haviam 180 estrangeiros, dentre os quais quase a metade eram franceses, somando 87. Além disso, haviam também italianos, espanhóis, alemães, belgas, ingleses, suíços, argentinos e um estadunidense. Já em 1877, esse quadro começou a ser alterado, sendo registrada a presença de 26 brasileiros e uma diminuição do quantitativo de estrangeiros, nesse momento contabilizando 117.

Outro elemento que merece atenção é o fato de que nos núcleos coloniais a ocupação dos lotes de terras exigia que fossem realizadas atividades de agricultura, tais como o cultivo de arroz, feijão, farinha e cana de açúcar, com a finalidade de que tais produtos fossem comercializados em Belém. Logo, podemos compreender uma das razões para a evasão dos colonos europeus do núcleo agrícola de Benevides, a qual tem relação com a necessidade, às vezes quase total, de organizar essas terras para lavrar e produzir esses produtos, haja vista que muitos desses colonos não estavam acostumados e/ou dispostos a exercerem tal tipo de trabalho.

Diante dessa situação, podemos refletir que, mesmo a possibilidade da escolha de fixar-se ou não em qualquer colônia agrícola da província e/ou tentar a sobrevivência por outros caminhos, representava uma posição de privilégio dos sujeitos que detinham a oportunidade de

exercer tal decisão. Além disso, nos sugere a reflexão de que a base desse direito era de igual modo constituída por uma conotação racial que naturalizava a diferença do poder de decisão sobre os rumos da própria existência e subsistência dentro do sistema vigente.

Assim, como não foi possível consolidar a colonização do nordeste paraense via imigração estrangeira pelo motivo supracitado, foi direcionado para essa área da província a onda migratória que já existia rumo à Amazônia no final da década de 1870, resultado da combinação de duas condições, a saber, a expansão extrativista da borracha que demandava por trabalhadores necessitados, ao passo em que era impulsionada pelo sistema de aviamento; em seguida, pela grave seca que atingiu o Ceará entre 1877 e 1878, condicionando-os à busca pela sobrevivência na Amazônia.

### **3.2.1 30 de março de 1884**

A partir de 1880 as ideias abolicionistas se expandiram pelo império brasileiro, organizados em diversas modalidades, tais como Ligas, Associações, Clubes e Sociedades. Dentre eles, se destaca a Sociedade Cearense Libertadora (SCL). É pertinente mencioná-la porque, conforme salientado, nesse período a colônia de Nossa Senhora do Carmo era constituída predominantemente por trabalhadores nacionais, principalmente nordestinos cearenses, o que, por sua vez, corroborou para uma relação entre as duas localidades, como nos mostra Cravo (2014).

Assim, em 25 de março de 1884<sup>6</sup> ocorreu na colônia da província cearense, naquele momento chamada de Acarape, a 55 km de Fortaleza, a consumação da primeira libertação dos sujeitos em condição de escravidão no Brasil. Tal vila foi fundada em 1868 e hoje corresponde ao município de Redenção, denominação oficializada em 1889 em reconhecimento da ocasião da abolição dos 116 escravizados.

Por sua vez, SLB foi fundada em 30 de março de 1884, sendo composta também por membros advindos do Ceará. É importante destacar que nem todos os moradores da colônia paraense eram afeitos à causa abolicionista, mas o que se observa é uma teia de relação entre as colônias cearense e paraense. Assim, foram criadas condições para essa relação ser estabelecida, principalmente quanto ao fato da consolidação da colonização de Benevides ter se efetivado a partir da migração cearense.

---

<sup>6</sup> Embora essa seja a data oficial, sendo inclusive o dia 25 de março feriado estadual no Ceará desde 2011, alguns historiadores apontam para outra data, trata-se de 1º de janeiro de 1883.

Apesar da presença escrava em Benevides ser em número reduzido, uma vez que o cultivo da produção agrícola era baseado no trabalho livre de estrangeiros e nacionais, a libertação dos seis sujeitos escravizados, (**Luiz, 14 anos, Macário, 20 anos, Quitéria, 24 anos, Florência, 26 anos, Maurício, 29 anos, Gonçalo, 40 anos**), através de ato público solene em 30 de março de 1884, que estavam sob o domínio de proprietários dessa colônia, é primordial para pensar o sentido representativo, isto é, o significado desse ato para os alforriados, assim como para compreender a repercussão na província paraense e no império brasileiro.

Desse modo, a configuração de Benevides enquanto quilombo abolicionista foi melhor estruturada depois da abolição da escravidão em seu território. Pois, embora a fuga de escravos para a localidade existir desde o início de 1880, o acontecimento de 30 de março serviu como catalisador para a expansão das fugas de escravos fugidos de cativeiros de outras áreas do Pará.

A SLB tem importante atuação nesse cenário, pela continuidade da atuação de seus membros como agentes protetores de escravos fugidos que partiam em direção a Benevides em busca de refúgio. Diante disso, após 1884, outra questão foi acrescida à situação da população negra, a saber, a preocupação em criar obstáculos para a prisão dos fugidos em busca de proteção e liberdade como forma de resistência. De acordo com essa realidade, Bezerra Neto (2009) salienta a repercussão como quilombo abolicionista deste até então núcleo agrícola.

O fato ocorrido em 30 de março suscitou na época críticas e reações descontentes, porque a libertação dos escravos em Benevides atingiu diretamente o chamado *direito de propriedade* do escravo. Escravo era uma propriedade legitimada do ponto de vista jurídico, sendo um cerne de um debate que circulava por todo o império naquele momento. Portanto, cabe questionar qual o sentido sociológico dessa concepção? O que a perspectiva do direito de propriedade escamoteia?

Do ponto de vista sociológico, podemos refletir na constituição de uma conotação racial, na medida em que tal perspectiva apresenta a relação dicotômica entre “proprietário/propriedade” e/ou “senhor/escravo”, fundamental para a justificação da desigualdade pré-estabelecida pela antítese “superior/inferior”, demonstrando que essa distância não é somente social, mas principalmente racial e, portanto, justificada e naturalizada racialmente.

A crítica ao modo como ocorreu a solenidade da abolição dos escravos em Benevides estava baseada no ultraje ao referido sagrado direito de propriedade. Assim, é interessante destacar alguns elementos, tais como: o quanto essa ação foi vista como uma violência à legislação da época, o anseio pela manutenção da ordem, bem como por mudanças graduais e paulatinas. Esse contexto nos permite compreender tais reações como expressão da suavização

de um problema sociológico de caráter racial, com vistas para as relações construídas com base na dualidade mencionada acima: superior/inferior.

Prosseguindo nossa argumentação, as sucessivas prisões e, conseqüentemente, a instauração do clima de desestabilização da ordem social, os conflitos pós-1884, bem como a repressão e arbitrariedade policiais, nos conduzem a uma questão importante, suscitada por Bezerra Neto na defesa da tese de Benevides como um quilombo abolicionista, que protagonizava na província paraense uma importante mobilização contra o cativo de escravos: as ações policiais violentas estagnaram ou mitigaram a atuação desse movimento em Benevides?

O autor nos responde dizendo que “não obstante o peso da vigilância policial, os abolicionistas de Benevides pareciam dispostos em continuar auxiliando e favorecendo os escravos em suas fugas que buscavam proteção para a liberdade na colônia” (2009, p. 417). Logo, essa disposição ao enfrentamento à repressão policial pós-1884 reitera a resistência como resposta, contestando que o ato de fuga não constituía crime, tal como previa o código penal do império<sup>7</sup>.

Portanto, o aspecto simbólico da libertação dos escravos em Benevides pode ser compreendido na medida em que se observa essa antiga colônia se tornando referência para refúgio de sujeitos escravizados, reconfigurando o conflito que passou a girar em torno da prisão destes na colônia. Além disso, devido à ampliação e às contínuas fugas para Benevides, pessoas mestiças livres eram vistas sob suspeita de também serem “escravas”.

Neste momento, salientamos a presença de mais um conflito, o qual fez parte da transição do século XIX para o XX, isto é, trata-se da questão de mestiçagem e identidade, conceitos caros à compreensão da luta antirracista no Brasil na contemporaneidade, bem como dos desafios de implementação de políticas públicas de enfrentamento ao problema do preconceito e discriminação racial.

Portanto, há de se considerar que a libertação dos escravos na colônia agrícola de Benevides, sem perder de vista todos os limites e contradições, aponta para o caráter de impacto gerado em toda a província paraense da época, uma vez que ela representou, em certa medida, a possibilidade de insurgências de outras cabanagens, embora a mobilização antiescravista em Benevides não tivesse como causa principal a luta de classes.

---

<sup>7</sup> O crime da fuga estava Capitulado nas Ordenações do Reino, livro 5º, tomo 62 e 63, título 117, sendo a autoridade incumbida de proceder à ação o ouvidor-geral”, de acordo com Salles (2005, p. 237).

Diante do que foi apresentado até o presente instante, tais elementos nos permitem ponderar sobre o início de uma mobilização política racial desde 1884, resguardadas as limitações impostas pela perspectiva racial vigente na época. Em síntese, não é possível ignorar que, apesar de toda forma de cerceamento da liberdade da população negra no Brasil, temos registradas mobilizações de lutas e resistências à colonização, à exploração e à dominação, entre as quais a atuação de sujeitos escravizados, colonos e abolicionistas na luta contra a escravidão em Benevides.

Nesse sentido, ressaltamos que, após a extinção da escravidão completa em 1888, a SLB deu por encerrada a sua atuação. Após algumas décadas, um certo reboiço começa a ocorrer, especialmente no contexto amazônico, a partir da segunda metade desse século, sobretudo na década de 1970, com o florescimento dos novos movimentos sociais, dentre os quais o Movimento Negro em Belém, bem como com o impacto causado pela publicação da renomada obra de Vicente Salles.

Entretanto, essa movimentação ocorre no espaço da capital paraense, uma vez que, em Benevides, nada de significativo ocorre nesse sentido. A última tentativa de rememorar a história de luta pela liberdade e emancipação social no município se deu com a publicação do livro “Terra da Liberdade Benevides: história e colonização”, em 2014, de autoria do professor Leôncio Siqueira. Contudo, para além disso, é vital a investigação sobre os atores e as ações de caráter emancipatório e antirracista no município, propostos como objetivos desta pesquisa.

### 3.3 CONECTANDO PASSADO E PRESENTE

Na obra “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, Grada Kilomba (2019) destaca três ideias que o racismo cotidiano carrega consigo enquanto uma experiência traumática para quem o sofre: a primeira ideia é o choque violento, ou seja, a pessoa que é alvo do racismo é agredida inesperadamente, ao ponto de sua única resposta ser o estado de choque; a segunda ideia é a separação, isto é, “um choque inesperado que priva o sujeito de suas conexões com a sociedade” (KILOMBA, 2019, p. 220); e a terceira ideia trata-se da atemporalidade. O entendimento desta última ideia é fundamental não somente para o desenvolvimento desta subseção, mas podemos dizer ainda que da pesquisa como um todo.

Para discutir as noções de atemporalidade e de racismo é imprescindível a compreensão do significado e da diferença entre os conceitos de colonialismo e colonialidade, ou seja, é fundamental para o entendimento das relações e dos conflitos construídos entre colonizadores e colonizados, assim como os efeitos de tais processos. Desse modo, podemos sugerir que tais

definições teóricas contribuem para uma adequada compreensão da relação colonial estabelecida entre sociedades, povos e mesmo épocas distintas. Por essa razão, a diferenciação estabelecida a seguir nos permitirá elucidar e compreender em que base foi estruturada a sociedade brasileira, conforme a experiência racial aqui construída. A distinção entre tais conceitos é fundamentada nos trabalhos realizados pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018).

Segundo Quijano (1992), o colonialismo é:

Uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes [...] desse modo, o colonialismo, no sentido de um sistema de dominação política formal de umas sociedades sobre outras, parece, pois, assunto do passado (QUIJANO, 1992, p. 11-tradução própria).

Por outro lado, Quijano (1992) chama a atenção para a colonialidade que, embora possua relação com o colonialismo, é mais duradoura que este, pois está estruturada para além desse caráter institucional formal, ou seja, a período quando territórios na América eram colônias de países europeus. Especificamente definida de colonialidade do poder, trata-se de um dos elementos específicos do novo padrão mundial de poder capitalista, o qual é, ao mesmo tempo, colonial e moderno, criado a partir da constituição do continente que veio a ser denominado América e amparada na imposição de uma classificação racial/étnica de toda a população mundial, de modo a operar desde a dimensão material até à dimensão subjetiva das relações sociais.

Na discussão sobre o significado de “pós-colonialismo”, Luciana Ballestrin (2013) aponta dois entendimentos sobre o termo. O primeiro trata-se do tempo histórico ocorrido após os processos de descolonização de sociedades do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. O segundo diz respeito a um conjunto de formulações e contribuições teóricas, responsáveis pela elucidação das implicações do colonialismo.

Sobre este último ponto, a autora salienta que nem toda opressão é oriunda do colonialismo, apesar dele contribuir para que situações de opressão sejam reforçadas ou indiretamente reproduzidas por ele. Essa observação é importante para o esclarecimento teórico do conceito. Entretanto, se estamos considerando que a estrutura social se mantém mesmo após a extinção institucional do colonialismo, estamos inferindo que as relações atuais ainda são marcadas pela classificação racial/étnica.

A pesquisadora brasileira Nilma Lino Gomes (2017) elege esse processo de classificação como um dos elementos mais violentos na branquidade, uma vez que está baseada em relações históricas coloniais e de poder em que o branco europeu, sinônimo de vencedor e

superior, define os outros e a si mesmo criando novas identidades, em que umas estão sujeitas a outras.

Em outras palavras, essa distinção é importante, pois:

Apesar do colonialismo político ter sido eliminado, a relação entre a cultura europeia, chamada também ‘ocidental’, e as outras, ainda é uma relação de **dominação colonial**. Não é apenas uma subordinação de outras culturas à Europa, em uma relação externa [...] consiste, antes de tudo, em uma colonização do imaginário dos dominados. Ou seja, atua no interior desse imaginário. Em certa medida, faz parte disso (QUIJANO, 1992, p. 12 – grifo e tradução próprias).

Nesse sentido, é importante não perder de vista que o processo de colonização da América e, em particular do Brasil, não se tratou estritamente de uma exploração das matérias-primas e do trabalho escravo dos povos colonizados, mas, ao contrário, esteve diretamente ligada à dominação da memória e do imaginário dos conquistados, cuja classificação social não se deu apenas como um fator de diferenciação, mas como sustentáculo principal da justificativa hierarquizante entre sujeitos “superiores” e “inferiores”.

Inserido nesse quadro teórico, estão presentes algumas implicações dessa colonialidade, as quais atualizam a herança colonialista nas relações sociais pós-colonialismo. Nesta oportunidade, destacaremos três desses resultados, por possuírem estreita imbricação e por contribuírem para aprofundar nossa exposição. Primeiro, “a colonialidade da classificação social universal do mundo capitalista” (QUIJANO, 2009, p. 107), em que ela desencadeia na criação de novas identidades raciais e geoculturais, cuja cor da pele representa o marcador social responsável por essa divisão.

Em segundo lugar, “a colonialidade das relações culturais ou intersubjetivas” (QUIJANO, 2009, p. 111). Como parte do projeto de colonização, quando bem sucedido, esteve presente a destruição de saberes e extermínio de condições das manifestações culturais dos povos dominados. E, mesmo quando não obtiveram êxito total, os colonizadores estabeleceram uma hegemonia do pensamento eurocêntrico como único modo de conhecimento e racionalidade válidas.

Assim, “a longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado” (QUIJANO, 2009, p. 112).

Por fim, “a dominação/exploração, colonialidade e corporeidade” (QUIJANO, 2009, p. 112) ou, em outros termos, a “maldição corporal” em evidência (FANON, 2008, 105).

Assinalemos a existência da relação entre dominação e exploração, ressaltando que a dominação não implica necessariamente em exploração, mas que essa não existe sem aquela. Desse modo, a dominação é indispensável para todo exercício de poder. Diante dessa verdade histórica mundial, cuja base se instaura por meio do procedimento específico da naturalização das relações de poder, no contexto de colonização da sociedade brasileira a população negra foi alijada da participação social a todo e qualquer direito.

Nesse sentido, podemos afirmar que a dominação no Brasil perdurou mesmo após o fim da exploração via escravidão no final do século XIX e que a colonialidade, por ser mais duradoura que o colonialismo, persiste, classificando social e racialmente a população afro-brasileira. Diante do exposto, a cor da pele e outras características fenotípicas representam determinantes marcadores sociais que também são chamados de sinais diacríticos, por se tratarem de expressões externas e, portanto, identificáveis.

Assim, negros e negras no Brasil colonial foram classificados racialmente e, por conseguinte, destituídos do acesso aos direitos sociais, políticos e civis, uma vez que, além da força de trabalho ter sido considerada como mercadoria, o próprio sujeito na situação de escravo configurava uma propriedade, como argumentamos acima. Logo, não gozavam dos direitos de um cidadão, porque nem ao menos era considerada a sua humanidade. Nessa perspectiva, foi justificada e naturalizada racialmente a manutenção da desigualdade.

Nesse contexto, apresentamos Benevides como exemplo de um município arraigado em relações de poder, um espaço, como centenas de outros pelo Brasil afora, fundamentado no colonialismo e que vive experiências de colonialidade. Mas além disso, é um lugar que aglutina em sua história não somente a opressão, mas a resistência, pois como nos diz Nascimento (2016) “há muito esforço anônimo, muita luta negra espalhada pelo vasto território nacional (2016, p. 166). Esses apontamentos teóricos são fundamentais para salientarmos que o preconceito e a discriminação vivenciados hoje, em Benevides, vem de longe e que devem ser discutidos e enfrentados. Para isso, mais adiante traremos à cena o esforço, até então anônimo, protagonizado pela atuação da RCDB.

Grada Kilomba (2019), na mencionada pesquisa sobre episódios de racismo cotidiano, nos explicita e nos instiga, a partir das histórias de vida de suas entrevistadas, a atemporalidade do racismo cotidiano. Em outras palavras, a experiência do racismo se apresenta como uma reparação do passado colonial que promove impactos traumáticos no tempo presente. Tal relação entre passado e presente é fundamental para o entendimento da necessidade de falar, debater, questionar, isto é, de decolonizar nossas relações.

Nesse sentido, por meio das categorias de colonialismo e colonialidade segundo Quijano (1992), associada à ideia de atemporalidade argumentada por Kilomba (2019), queremos mostrar a existência de uma tensão redefinida constantemente em nosso país, a qual é oriunda do nosso passado colonial e escravocrata, a saber, a tensão entre a colonialidade e a resistência.

Em termos teóricos, podemos relacionar tal tensão àquela descrita por Gomes (2017) ao tratar sobre o processo de produção de conhecimentos e saberes e a possibilidade de construir alternativas que confrontam a hegemonia do pensamento vigente, isto é, a tensão entre regulação e emancipação social. Sobre essa questão retomaremos ao final desta pesquisa, quando tratarmos sobre a decolonização por meio das ações da RCDB.

Reiterando a tensão entre colonialidade e resistência, nas primeiras páginas desta pesquisa afirmamos que o racismo por omissão é uma expressão explícita da violência racial contemporânea, e como recorte mostramos como o contexto político, econômico, cultural, social e racial construído no município de Benevides permite a compreensão de tal conceito. Segundo Kilomba (2019), a atemporalidade do racismo significa a insistência em performar o passado no presente, por isso ela afirma que “a escravização e o colonialismo podem ser vistos como coisas do passado, mas estão intimamente ligados ao presente” (2019, p. 223).

Mas existe o outro lado da dor provocada pelo racismo, quaisquer que sejam suas formas, trata-se da resistência. Frantz Fanon (2008) descrevendo sobre suas experiências enquanto homem negro que questiona o pretense complexo de dependência do colonizado, argumenta que há na verdade uma constante busca pelo reconhecimento (FANON, 2008, p. 180). Portanto, resistir é também exigir reconhecimento da sua humanidade e dos seus saberes. Resistir é não ceder às artimanhas da colonialidade que insiste em agredir o sujeito negro ao condicioná-lo às consequências do colonialismo, como se fosse obra do destino.

A resistência, entenda-se, o enfrentamento e o confronto direto ao racismo, só é possível mediante a discussão aberta sobre as questões raciais, em todas as suas dimensões, em todas as instâncias sociais. Quando falamos sobre a violência do racismo por omissão, estamos inferindo que a escolha de não colocá-lo na arena do debate público é coadunar com a retórica de quem diz que, em nossos dias ou, ainda, em nosso país, não existe mais racismo.

A possibilidade de resistir mesmo experimentando dor, angústia e incertezas em relação ao tempo vindouro, contraria a lógica de que o sujeito, alvo do racismo, permanecerá inerte e subserviente ao seu agressor. Nas palavras de Fanon, a reação como ação de resistência pode ser sintetizada da seguinte maneira: “mas esqueceram a constância do meu amor. Eu me defino como tensão absoluta de abertura. Tomo esta negritude e, com lágrimas nos olhos, reconstituo

seu mecanismo. Aquilo que foi despedaçado é, pelas minhas mãos, lianas intuitivas, reconstruído, edificado” (FANON, 2008, p. 124).

Desse modo, inserido na inexorável conexão entre colonialismo e colonialidade, isto é, entre passado e presente, nos voltamos para a questão de como proceder em nossos dias enquanto sujeitos de uma sociedade racializada, tendo em vista a tensão entre a colonialidade, que subjaz as nossas relações, e a resistência, que se manifesta como ação de enfrentamento. Sobre essa noção de atemporalidade, Fanon afirma:

O problema aqui considerado situa-se na temporalidade. Serão desalienados pretos e brancos que se recusarão enclausurar-se na Terra substancializada do Passado. Por outro lado, para muitos outros pretos, a desalienação nascerá da recusa em aceitar a atualidade como definitiva (FANON, 2008, p. 187).

Fanon não nos diz para ficarmos presos ao passado, ao contrário, para ser desalienado é necessário não se permitir enclausurar no passado que submeteu toda uma coletividade à lógica de exploração e dominação de uns sobre outros. Por outro lado, a recusa em aceitar a atualidade como definitiva descrita por Fanon, diz respeito ao fato de que a realidade que se apresenta hoje não configura um paraíso para a população negra. Nesse sentido, a democracia racial de que tanto se orgulha no Brasil merece ser rediscutida, uma vez considerada a permanência da classificação e das desigualdades presentes na sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de um convite à reflexão sobre a necessidade da desalienação.

#### 4. “O CONFLITO É RACIAL, PORQUE A REVOLUÇÃO NESSE PAÍS É PRETA”

Os saberes construídos pela comunidade negra e sistematizados pelo Movimento Negro e as estratégias de emancipação sociorracial conseguem ativar em nós a capacidade de espanto e indignação que sustente uma nova teoria e uma nova prática inconformistas, desestabilizadoras e rebeldes?

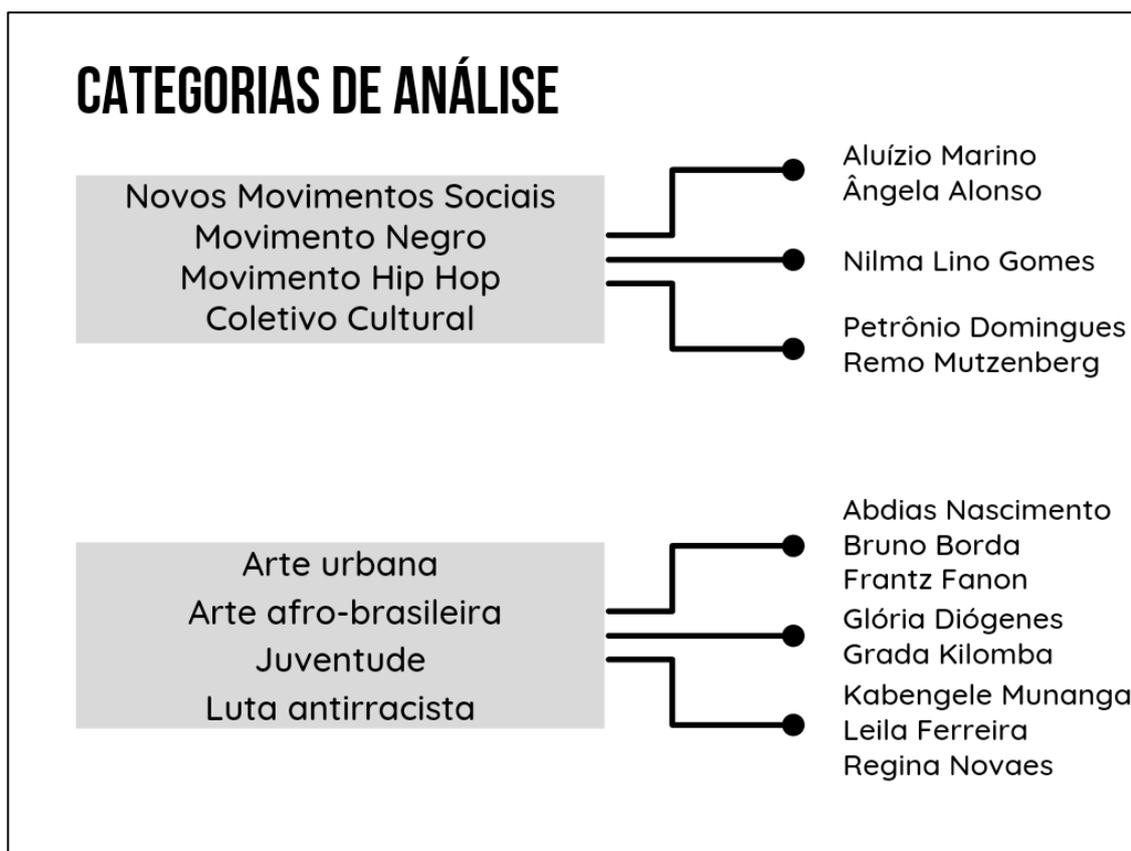
Nilma Lino Gomes

É impossível falar de resistência no Brasil, sem falar de resistência negra. Da mesma forma, é impossível dissertar sobre as relações raciais no Brasil, sem discorrer sobre as ações que objetivam o confronto, o enfrentamento e a resistência às formas de dominação e exploração que insistem em cercear a emancipação da população negra em nossos dias. Portanto, toda argumentação teórica que fundamenta nossa pesquisa não tem caráter estritamente teórico, porque não pode ter. Assim, nosso referencial apresenta categorias de análise, mas além disso, concede primazia às relações estabelecidas entre tais categorias e a nossa experiência de prática social.

Como explicaremos adiante de maneira mais detalhada, o contexto metodológico de nossa pesquisa tem como fundamentos os princípios e os objetivos da pesquisa-ação, isto é, da pesquisa que identifica situações concretas e propõe intervenções, a fim de resolver determinado problema. Entretanto, como nos diz Thiollent (2011) “isso não quer dizer que estejamos desprezando a pesquisa teórica [...]. Embora privilegie o lado empírico, nossa abordagem nunca deixa de colocar as questões relativas aos quadros de referência teórica sem os quais a pesquisa empírica – de pesquisa-ação ou não – não faria sentido” (THIOLLENT, 2011, p. 15-16).

Portanto, tal realidade nos conduziu a esquematizar nossas categorias de análise em dois conjuntos. O primeiro conjunto é responsável pelo esclarecimento da definição propriamente dita da RCDB, a partir dos conceitos de novos movimentos sociais, movimento negro, movimento hip hop e coletivo cultural, tal como explanaremos mais adiante. Por sua vez, o segundo conjunto é resultado da compreensão da arte como uma variável que conecta a teoria e prática de nossa pesquisa. Desse modo, por meio das definições de arte urbana, arte afro-brasileira, juventude e luta antirracista, dissertaremos sobre a arte como estratégia da luta antirracista em Benevides. O mapa mental a seguir, apresenta a organização dos dois conjuntos mencionados:

**Figura 5 -** Categorias de análise da pesquisa



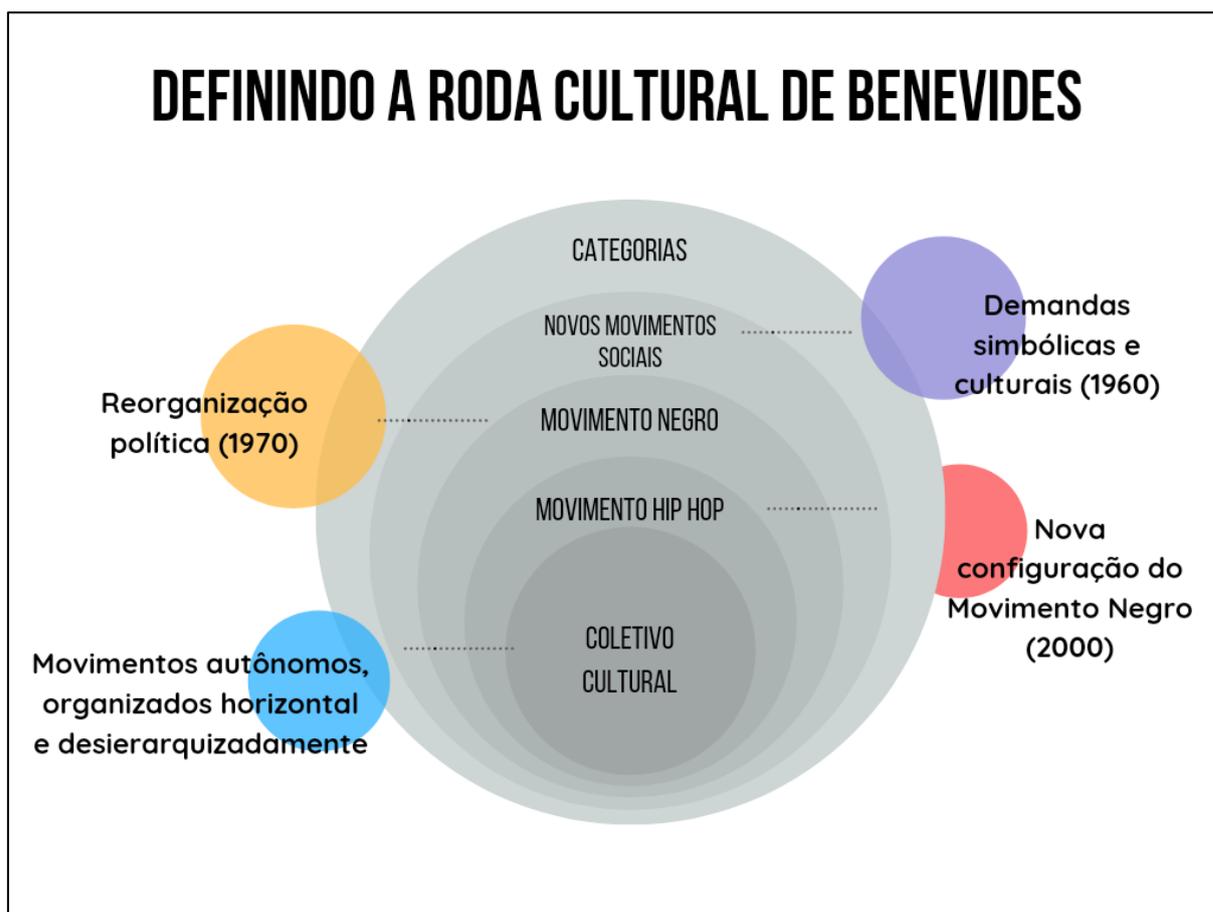
**Fonte:** Autora (2021)

#### 4.1 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTO NEGRO, MOVIMENTO HIP HOP E COLETIVO CULTURAL

A definição da RCDB é uma questão, dentre outras, de ordem conceitual, uma vez que o reconhecimento inicial enquanto “coletivo” perpassa pela ideia de que as decisões são feitas a partir de um diálogo permanente, dos valores provenientes da cultura hip hop e do senso de coletividade. Por outro lado, em outros momentos, a referência sobre si é realizada por meio do termo “movimento”.

O uso deste último termo se dá quando o contexto trata da organização do grupo frente às ações a serem implementadas. Dessa forma, podemos dizer que a RCDB é um coletivo em movimento. O mapa mental abaixo foi criado com o intuito de elucidar a contextualização das categorias que contribuem para definir a RCDB:

**Figura 6-** Categorias de definição da Roda cultural de Benevides



**Fonte:** Autora (2021)

Como mencionado, o mapa mental acima é uma forma didática de elucidar a concepção das categorias utilizadas neste trabalho em relação à definição da RCDB. Em termos gerais, ao escolher organizar dessa maneira, isso deve nos dizer mais respeito aos processos que desencadeiam na noção que constitui a história e os princípios do coletivo cultural que estamos pesquisando, do que significar qualquer pretensão de fixar categorizações, conforme explanaremos a seguir.

Primeiro, partiremos de uma das teorias dos movimentos sociais, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), depois sinalizaremos como a terceira e quarta fases do Movimento Negro estão situadas nesse contexto, a fim de pensar a inserção do Movimento Hip Hop como possibilidade interpretativa de organização do Movimento Negro para o século XXI. Portanto, o Coletivo Cultural estará situado neste quadro teórico mais amplo.

Dentre as teorias sobre os movimentos sociais, está presente a teoria dos novos movimentos sociais, situado a partir dos anos 1960, cuja definição foca nas demandas simbólicas e culturais, sobretudo quanto à questão da identidade. Assim, “a teoria dos novos

movimentos sociais voltou-se para decifrar a identidade dos novos atores emergentes no contexto dos anos 1960”, bem como “para as novas formas de organização de **caráter descentralizado, flexível, hierarquicamente fluidas e participativas**, como também para novos conteúdos (cidadania, valores e significados)” (MUTZENBERG, 2005, p. 423 – grifo próprio).

Em outras palavras, em relação às outras teorias “a especificidade está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os MS”, uma vez que “ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a **novos temas e agentes para as mobilizações coletivas**” (ALONSO, 2009, p. 59 – grifo próprio).

Autores como Petrônio Domingues (2007), Domingos Conceição (2017) e Nilma Lino Gomes (2017) fornecem contribuições sobre a atuação do movimento negro no século XX, sob diversos ângulos. Domingues apresenta uma abordagem historiográfica acerca das diferentes fases desse movimento social durante a República (1889-2000); Conceição delimita essa questão focando na mobilização política de resistência negra na cidade de Belém/PA (1995-2013); Gomes, por sua vez, defende a tese de que o Movimento Negro é um sujeito político e, como tal, atua como educador na produção de saberes nas lutas por emancipação social.

Segundo Domingues (2007), o movimento negro passou por quatro momentos durante a república. O primeiro foi de 1889 a 1937, o segundo de 1945 a 1964, o terceiro de 1978 a 2000 e o quarto de 2000 até o presente. Em nossa pesquisa, destacamos o terceiro e quarto momentos. Aquele, pois é na década de 1970 que o movimento negro torna a se reorganizar politicamente, integrando o contexto de efervescência das demandas de políticas identitárias, tal como pressupõe os NMS, e este, porque o movimento hip hop ganha espaço como uma nova configuração do movimento negro a partir dos anos 2000, segundo a hipótese do referido autor.

Tratando do movimento hip hop, no contexto específico da capital paraense, considerando as dinâmicas, tensões, conflitos, contradições e reinvenções possíveis definidas pelo movimento hip hop, fazemos menção a duas pesquisas, cada qual com sua particularidade e, ambas, fundamentais para a continuidade do aprofundamento de nossa argumentação; são elas, as investigações do antropólogo Bruno Borda (2016) e da antropóloga Leila Ferreira (2019).

Em linhas gerais, enquanto a pesquisa de Borda (2016) propõe investigar, sob uma perspectiva afro amazônica, o movimento nacional do RAP, atentando, dentre outros aspectos, para a constituição das identidades juvenis em vários campos da vida social, dentre os quais a

arte, a investigação de Ferreira (2019) diz respeito à relação e ao conflito existente entre o movimento feminista negro, protagonizado pelas mulheres ou, ainda, pelas manas, e o movimento hip hop de Belém do Pará, quando elas decidem adentrar os espaços dominados pelos manos, bem como enunciar suas vozes e expressar seu fazer artístico.

Retornando à questão conceitual sobre a relação entre o movimento negro e o movimento hip hop, há uma característica sobre a constituição do movimento negro, conforme definição de Gomes (2017), que nos conduz à reflexão sobre o propósito e o significado do movimento hip hop, isto é, o caráter explícito da luta antirracista presente no movimento negro, não necessariamente está presente no movimento hip hop. Portanto:

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. [...] Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo *se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo* (GOMES, 2017, p. 23- 24).

É a postura política explícita de enfrentamento ao racismo como a principal característica do movimento negro que tem orientado nossa discussão teórica, assim como as observações e participações no coletivo pesquisado. O esclarecimento sobre a situação pesquisada, a argumentação teórica e a proposta prática desta investigação só fazem sentido quando observada e considerada a afirmação de Gomes quanto à definição de movimento negro.

Aprofundemos neste momento o conceito de coletivo cultural, pois é a designação mais recorrente entre os atores envolvidos na RCDB. Porém, cabe ressaltar que os termos “coletivo” e “movimento” interagem e constituem a caracterização dinâmica da RCDB. Doutro modo, é compreensível essa indefinição, na medida em que o modo de organização de grupos se transforma conforme as demandas e os contextos se reconfiguram.

Por sua vez, a noção de coletivo cultural se dá pela observância das características presentes na RCDB. Feitas tais considerações, a definição utilizada nesta pesquisa é concebida a partir dos trabalhos realizados pelo pesquisador Aluizio Marino (2013; 2015) com coletivos culturais na cidade de São Paulo e em Bogotá. Conforme este autor:

Os coletivos culturais **são movimentos autônomos, que se organizam de forma horizontal e desierarquizada**. São majoritariamente formados por jovens, que encontram na arte e no fazer cultural uma forma de se afirmar como um sujeito singular, construindo novas subjetividades coletivas (MARINO, 2015, p. 6 – grifo próprio).

Contudo, a partir da análise dos trabalhos deste autor, podemos observar que os estudos sobre as manifestações protagonizadas por sujeitos pertencentes aos coletivos culturais é concebida, dentre outras perspectivas, sob a ótica da luta pelo direito à cidade. Assim, embora um dos resultados da RCDB seja a ocupação e transformação do espaço público, na presente investigação o caminho percorrido diz respeito à questão sobre a atuação do coletivo enquanto movimento de resistência negra, ou seja, para a luta antirracista no município de Benevides. Em outros termos, para refletir em que medida tal coletivo corrobora para a compreensão e a ampliação da luta antirracista contemporânea.

A referida estrutura desierarquizada, característica importante dos NMS e dos coletivos culturais, permite compreender a dinâmica presente nas diferentes ações desenvolvidas pela RCDB, nos espaços em que o coletivo atua, bem como nas redes construídas por este com outros movimentos. Além disso, tal estrutura também pode desencadear em alguns conflitos, tendo em vista a ausência de iniciativa por parte de alguns integrantes e a sobrecarga sobre outros na tomada de decisões, tal como no próprio direcionamento da programação.

#### 4.2 A ARTE COMO ESTRATÉGIA DA LUTA ANTIRRACISTA

Sendo a arte um ato de amor, ela implicitamente significa um ato de integração humana e cultural. Um ato praticado rumo a uma civilização continuamente reavaliada, recriada e compartilhada por toda a humanidade. O amor é mais do que mera simpatia, decorrência da subjetividade; ele é a solidariedade num compromisso ativo. Amor significa um valor dinâmico. Consequentemente, o artista tem o dever compulsório, nesse transe amoroso, de exprimir sua relação concreta com a vida e a cultura do seu povo. Em todos os níveis, formas, significações, implicações e conotações.

Abdias Nascimento

Com base nas orientações e sugestões oriundas da leitura atenciosa e crítica dos membros que compuseram a banca de qualificação desta pesquisa, esta subseção foi elaborada. É interessante notar que quando construímos o problema de pesquisa, traçamos os objetivos e estabelecemos a metodologia, sabemos que os resultados não são plenamente previsíveis. Nesse sentido, cabe ressaltar que tal momento da escrita, embora não previamente estabelecido,

configura etapa fundamental dos resultados que obtivemos a partir da articulação entre argumentação teórica e prática social desenvolvidas nesta investigação.

Portanto, a presente subseção tem como finalidade promover uma reflexão sobre o principal meio pelo qual a RCDB se manifesta e constrói suas referências, estamos falando da arte. Em outras palavras, o coletivo cultural RCDB tem como característica central a manifestação artística dos sujeitos que dele fazem parte.

Em uma perspectiva mais genérica, podemos inferir que o coletivo cultural pesquisado possui a potencialidade de atuar em variadas instâncias sociais, dentre os quais podemos citar a luta pelo direito à cidade, ao lazer e à cultura, bem como a efetiva contribuição para o desenvolvimento do processo de socialização, presencial ou virtualmente, de adolescentes e jovens do município de Benevides.

Entretanto, conforme mencionamos, nesta investigação o caminho percorrido conduziu nossa observação para a compreensão de uma das frentes de atuação da RCDB. Tal perspectiva nos leva novamente à questão central a ser respondida nesta pesquisa, a saber: “como o coletivo Roda Cultural de Benevides contribui para a atualização e visibilização da luta antirracista em Benevides/PA?”. Com base no que apresentamos nas páginas anteriores, até o momento preparamos o caminho argumentativo para então, efetivamente, responder a tal questionamento.

Com efeito, dissertaremos acerca de categorias e termos que foram paulatinamente acrescentadas com o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, a partir da discussão sobre arte urbana, arte afro-brasileira, juventude e luta antirracista, desembocamos na perspectiva da arte como estratégia da luta antirracista no município de Benevides, por meio da atuação da RCDB. É importante salientar que tais categorias também podem estar relacionadas a questões mais amplas da vida social, tal como o debate acerca das políticas públicas para a juventude.

#### **4.2.1 Arte urbana**

Para começar, neste trabalho, a perspectiva adotada acerca de arte é aquela que configura a arte urbana e a arte afro-brasileira. Quanto à primeira perspectiva, em linhas gerais, existem algumas expressões que, de início, podem se apresentar como sinônimas, tais como arte de rua/arte urbana e cultura de rua/cultura urbana. Campos e Sequeira (2018) apresentam diferentes autores e perspectivas acerca do significado de cada termo.

O que nos importa salientar é que, apesar das dissidências concernentes a esta questão, as expressões arte e cultura, bem como os termos rua e urbana, possuem suas especificidades, ao passo em que ambas falam sobre a arte e/ou cultura que é produzida, manifesta e tem como

alvo principal da sua intervenção o espaço público. Por exemplo, em um contexto local, Borda (2016) se refere ao movimento hip hop, especialmente o RAP, como cultura de rua.

Sem a intenção de problematizar as semelhanças e as diferenças entre termos distintos, utilizaremos como definição aquela oriunda da categoria arte urbana, pois nos fornece o esclarecimento necessário para esta pesquisa. Para tanto, nos amparamos, além da definição de Campos e Sequeira (2018), naquela desenvolvida por Diógenes (2015). No que diz respeito à arte afro-brasileira, fundamentamos nossa visão segundo Nascimento (2016).

Segundo a definição de Campos & Sequeira (2018), arte urbana corresponde:

Um conceito que serve para caracterizar um movimento artístico reconhecido enquanto tal, surgido num contexto histórico específico. A arte urbana incorpora certas vertentes do *graffiti* artístico e do *street art*, representando o corolário do processo de institucionalização e mercantilização destas práticas, devendo ser compreendida neste âmbito [...]. **A arte urbana rompe, então, com uma visão hierarquizada da cultura em que a arte é entendida como um universo fechado e elitista, assumindo o seu lado popular, democrático e acessível** (CAMPOS & SEQUEIRA, 2018, p. 80 – grifo próprio).

Ao falar sobre o *graffiti*, tendo em vista a categoria de arte urbana, Diógenes (2015) amplifica a perspectiva do *graffiti* para além do mero traço, afirmando de que tal intervenção trata-se de um propósito, de um processo. Em outras palavras, sobre essa intervenção visual, a autora faz a seguinte afirmativa:

A participação visual de artistas urbanos pode ser traduzida num tipo de desconexão, resistência e distância em relação à arte agenciada nas galerias e museus [...] já a arte realizada no ambiente *aberto* das ruas, tecida pela lógica da efemeridade, costuma intensificar a sua presença em espaços públicos, tanto no sentido de assegurar um grau máximo de visibilidade como de acionar e intensificar um número mais amplo de *espetadores* (DIÓGENES, 2015, p. 687).

Ela prossegue afirmando o caráter popular do espaço público, uma vez que, "na rua, em princípio, qualquer um pode ser autor/artista, pode interferir, apagar, completar, rasurar a sua própria obra, a de outros atores, gerando um princípio plural e contínuo dos processos de criação, fruição e compartilhamento das intervenções efetuadas *entre* espaços" (DIÓGENES, 2015, p. 687).

Entretanto, como exposto, os autores supracitados focam suas pesquisas acerca da arte urbana na intervenção artística do *graffiti*, observando as condições para a sua realização, bem como as implicações da mesma. Embora o *graffiti* também faça parte do rol de manifestações

construídas pela RCDB, conforme mostraremos na imagem a seguir, ele não é o mais predominante.

**Figura 7-** Processo de elaboração do graffiti



Fonte: Autora (2019)

Apesar de não ser a intervenção mais recorrente, é fundamental destacar a imagem acima, que retrata um processo de produção de *graffiti*, realizado no centro do município de Benevides. Conforme pudemos observar, foram utilizados recursos visuais variados, tais como a escrita e a pintura. Em um jogo de cores e grito imperativo, tal intervenção nos convida a refletir acerca da desestabilização do preconceito racial incutido em nosso imaginário, do reconhecimento da própria identidade, associando, por sua vez, ao cabelo e ao turbante como marcadores desta identidade, os quais exercem um posicionamento tanto estético, quanto político.

#### 4.2.2 Arte afro-brasileira

Em relação à arte afro-brasileira, precisamos destacar alguns aspectos, dentre os quais a definição de arte, assim como a retomada da argumentação presente no segundo capítulo desta pesquisa, isto é, a tensão entre a dominação e a resistência na sociedade brasileira e as implicações de tal conflito. Nascimento (2016) em sua obra acerca das formas de violência que vive o negro brasileiro, destaca o branqueamento da raça e o branqueamento cultural, como estratégias de genocídio dessa população, ao passo em que mostra como a experiência do Teatro Experimental Negro (TEN) surge enquanto reação a esse branqueamento.

A tensão e a contradição mencionadas por meio da obra supracitada reiteram as ideias de dominação e resistência que historicamente atravessam as relações sociais e de poder em nossa sociedade. Sobre a análise da manutenção de tal conflito, mas sobretudo concedendo primazia as ações construídas pela comunidade negra, tendo em vista a emancipação e transformação social conquistadas por meio das incansáveis ações de resistências, afirma Gomes (2017):

A emancipação entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, com todas as tensões e contradições próprias desse processo, tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da República. O fato de essas ações serem projetos e propostas construídos por um povo que tem o seu passado, a sua história e a sua cultura desenvolvidos nos contextos de opressão e dominação – tais como: a colonização, a escravidão, o racismo e a desigualdade social e racial – e que, mesmo assim, segue persistindo e colocando questões para a sociedade, para a educação e para o Estado brasileiro, pode ser visto como o potencial emancipatório das lutas e da organização política dos negros no Brasil e na diáspora (GOMES, 2017, p. 49).

Além disso, é primordial compreender o raciocínio etnocêntrico da mentalidade europeia que historicamente concebeu a arte negra como primitiva e arcaica, em detrimento a arte construída no seio das sociedades colonizadoras. Assim, a dicotomia entre o que é considerado primitivo *versus* o que é considerado civilizado é sinalizada. Em outros termos, podemos ter a mesma ideia entre o que é popular e o que é erudito.

Conforme Nascimento (2016), isso implica dizer que “a ideologia da brancura se arvora em valor absoluto. Tudo o mais é a sombra do inexistente. De acordo com tal ideologia, o negro-africano não tem história, nunca teve cultura; sua existência ‘natural’ sempre careceu de arte, religião e sutileza” (NASCIMENTO, 2016, p. 197).

Mas a tensão permanece, modifica sua forma, mas não o conteúdo que lhe é inerente. Desse modo, as estratégias de dominação nunca anularam as estratégias de resistência. Portanto, o autor reitera:

Desde o início, coincidente com a colonização europeia do país, os africanos produziam obras de arte de grande valor [...]. Esses africanos não puderam praticar sua arte no Brasil, não só por causa das limitações coercitivas inerentes ao sistema escravista, mas também por motivo de proibições oficiais, como testemunha, por exemplo, o decreto de 20 de outubro de 1621 proibindo os negros de trabalhar o ouro (NASCIMENTO, 2016, p. 198).

Historicamente, negras e negros viveram inúmeras e distintas experiências de subordinação. Já citamos anteriormente que as relações de poder no Brasil não se basearam exclusivamente na exploração, isto é, não se restringiram ao campo econômico ou a uma subjugação via força de trabalho, o que, por si, já seria demasiadamente cruel e certamente produziria efeitos nefastos para as relações destes sujeitos.

Entretanto, para que a classificação racial pudesse ser efetivada e, assim, a dominação sobre a população afro-brasileira fosse levada a cabo, era necessário destituí-los das suas crenças, manifestações culturais e artísticas, isto é, de toda e qualquer forma que contribuísse para o fortalecimento de laços entre tais sujeitos, bem como para a constituição da própria identidade.

Nosso passado recente mostra exemplos de cerceamento, de silenciamento e, por conseguinte, de invisibilização da população afro-brasileira, a partir do projeto de criminalização que expressões artísticas e culturais oriundas da manifestação popular dos afro-brasileiros foram vítimas. Dentre as quais podemos citar as proibições discriminatórias ao estilo musical do samba e a representação cultural da capoeira, ocorridas entre o final do século XIX e os primeiros decênios do século XX. Além disso, o RAP também já foi alvo de tal censura, assim como segue atual o debate acerca do funk.

Como já mencionamos em alguns momentos desta pesquisa, embora seja inevitável rememorar esse passado indigesto acerca das experiências do povo preto neste país, Nascimento (2016) nos fornece um bálsamo de esperança ao dizer que “apesar de tudo notemos que nenhuma forma de violência física ou espiritual conseguiu impedir a manifestação das inclinações artísticas do escravo. Os africanos souberam aproveitar as melhores oportunidades para evitar a própria e total desumanização” (2016, p. 199).

Mas, se por um lado, a arte considerada erudita, cumpre a função de atender aos anseios de uma classe social privilegiada, segundo Nascimento (2016), a “arte africana é precisamente

a prática da libertação negra – reflexão e ação/ação e reflexão – em todos os níveis e instantes da existência humana” (NASCIMENTO, 2016, p. 203). De forma mais descritiva, o autor afirma:

A arte dos povos negros na diáspora objetifica o mundo que os rodeia, fornecendo-lhes uma imagem crítica desse mundo. E assim essa arte preenche uma necessidade de total relevância: a de criticamente historicizar as estruturas de dominação, violência e opressão, características da civilização ocidental-capitalista. Nossa arte negra é aquela comprometida na luta pela humanização da existência humana [...]. Arte negro-africana, enquanto marginal em relação à arte santificada pelas sociedades locais, simultaneamente mantém as características ditadas pela história, pelo ambiente e pelas culturas dos respectivos países escravocratas. Nunca deixa, porém, de conservar temas, formas, símbolos, técnicas e conteúdos africanos em sua função revolucionária de instrumento de conscientização. Sua essência é uma parte vital da criatividade africana (NASCIMENTO, 2016, p. 204).

#### 4.2.3 Juventude

No processo de interação com a RCDB, identificamos que o alcance predominante do público do coletivo são os adolescentes e jovens. Sobre tal perfil é necessário suscitar duas questões simples, a saber: quem é considerado adolescente? Por sua vez, quem é considerado jovem? À medida que pesquisamos determinada situação, sempre penso na importância que o aparato legal fornece para a pesquisa acadêmica, seja para elucidar de qual público estamos dialogando, como nesta ocasião ou, ainda, para amparar a própria pesquisa quando precisamos adentrar em certas instâncias institucionais.

Nesse sentido, nos amparamos na definição de adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, considera-se adolescente a pessoa que possui entre 12 e 18 anos incompletos. Logo, o ECA, dispositivo legal em vigor desde 1991, discrimina, dentre outras questões, uma série de direitos para o referido grupo social, dentre os quais o direito à educação, à cultura e ao lazer.

Quanto à definição do que significa ser jovem, poderíamos simplesmente inferir que ser jovem é toda pessoa que não é mais adolescente, isto é, toda pessoa que possui mais de 18 anos. Entretanto, como nos aponta a autora Regina Novaes (2006), a questão não é tão simples assim. Logo, a definição não se esgota delimitando uma faixa etária nem, por sua vez, concluindo de que trata-se de um fase de transição entre a infância e a vida adulta, carecendo de um cuidado conceitual mais reflexivo.

Segundo Novaes (2006) “as definições sobre ‘o que é ser jovem?’, ‘quem e até quando pode ser considerado jovem?’ têm mudado no tempo e são sempre diferentes nas diversas

culturas e espaços sociais [...]. Com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais” (NOVAES, 2006, p. 105).

Desse modo, a autora destaca em sua argumentação inúmeras formas de desigualdades, com a finalidade de explicitar as razões pelas quais relacionar juventude a uma faixa etária é ser reducionista com a categoria. Dentre tais categorias estão: classe social, gênero, raça, local de moradia, ou seja, endereço propriamente dito, disparidades regionais e as relações entre campo e cidade. Todos esses elementos contribuem para configurar aquilo que a autora chama de “mosaico da juventude brasileira”.

Com efeito, sobre tal questão, a autora aponta para a presença de duas faces desse conflito, a primeira face é representada por questões relacionadas à escola, ao trabalho e à violência, bem como as turbulências para projetar o futuro e os medos presentes em tais situações. Por sua vez, a segunda face é representada pelo anseio de cultivar a esperança a partir da participação juvenil, seja atuando como jovens de projeto, seja como jovens de periferia. Destaquemos quem são esses últimos, o que significa tal definição e como se dá a sua participação na construção de uma sociedade que os considere efetivamente.

Para começar, é necessário compreender o significado que o termo “periferia” adquire nesta pesquisa. Segundo a autora salienta, “certamente ‘periferia’, aqui, não tem o sentido meramente geográfico. Trata-se da nomeação de uma identidade construída nos últimos anos e que tem efeitos nos estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos das trajetórias de uma parcela dos jovens de hoje” (NOVAES, 2006, p. 116). Em entrevista, Novaes (2019) acrescenta que “a palavra ‘periferia’ tornou-se uma espécie de recurso simbólico que politiza ações culturais que ocorrem nos SLAMS, nos saraus, em diferentes manifestações da cultura hip hop.

Logo, para além da situação geográfica, o termo periferia trata de um conjunto de elementos que corroboram para a construção de sentido de ações culturais específicas, bem como para a constituição da identidade de sujeitos situados à margem da sociedade. Assim, de acordo com a perspectiva que considera o jovem como sujeito capaz de fazer parte da solução dos problemas sociais, é necessário conceber, por sua vez, a sua dimensão participativa. Nesse contexto, o movimento ou cultura hip hop se apresenta como uma alternativa importante de ativismo, engajamento e participação social.

#### **4.2.4 Pressupostos teóricos da luta antirracista no Brasil**

Diferentes estudos na grande área das ciências humanas, cuja discussão teórica atravessa a formação da sociedade brasileira, evidenciam que nossa história é fundamentada

em processos e relações conflituosas. Dentre os quais, a manutenção do sistema escravocrata por mais de três séculos, que serviu como sustentação à economia do Brasil, mas para além disso, criou relações sociais distintas e a produção de múltiplos efeitos observados hoje. Em outros termos, esses resultados nada mais são do que as consequências de um projeto de colonização, exploração e dominação da América e, desse modo, também do Brasil.

Dentre outras áreas, a literatura sobre racismo e antirracismo no Brasil é constituída por estudos na educação, na antropologia e na sociologia, os quais foram adquirindo maior atenção durante o século XX, mas sobretudo após os anos 2000. Portanto, a luta antirracista como um posicionamento político de enfrentamento ao racismo é construída entrelaçada nas dinâmicas e contradições sobre as relações raciais teorizadas e disseminadas em nosso país. Na argumentação a seguir, apresentamos a síntese das diferentes concepções, bem como as alterações nas perspectivas sobre a experiência racial brasileira, a fim de compreender o impacto elucidado por esse quadro teórico nas ideias que reverberam em nossos dias.

Primeiro, é importante pensarmos a realidade da mestiçagem como uma concepção inicialmente vista sob a visão da degenerescência, fruto das teorias raciais do final do século XIX. Como nos evidencia Schwarcz (1993), tais teorias serviram de aparato explicativo para justificar não somente a diferença racial, mas ousou, ilegítima e não cientificamente, explicar a razão para um suposto atraso da sociedade brasileira. O racismo científico produziu efeitos nefastos, inscrevendo em nosso imaginário social distintas formas de preconceito e discriminação racial.

Em seguida, nas primeiras décadas do século XX, o conhecido mito da democracia racial<sup>8</sup> passou a representar uma alternativa à visão da degenerescência preconizada pelas teorias raciais, na medida em que, discursivamente, passou a reconhecer e valorizar a mistura racial como um fenômeno característico da construção da identidade brasileira e, por conseguinte, como o mais representativo símbolo da unidade nacional.

Em suma, podemos sintetizar tais linhas teóricas como: a visão da degenerescência sobre o processo da mistura racial e a reviravolta culturalista no fenômeno da mestiçagem em favor da construção de uma identidade nacional. O que interessa apontar é que em ambos pontos de vista, da visão pessimista predominante no final do século XIX ao otimismo culturalista das primeiras décadas do novo século, a realidade das condições vivenciadas pela população negra é escamoteada e desvirtuada. Logo, apesar das referidas perspectivas serem conflitantes entre

---

<sup>8</sup> Mais detalhes sobre o processo de constituição da concepção de democracia racial enquanto mito, ver Guimarães (2001).

si, elas exercem o mesmo fim, por carecerem de uma análise sociológica e historicamente adequada.

Nesse sentido, nos amparamos na rediscussão sobre a mestiçagem sistematizada pelo professor e pesquisador brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2019) no final do século XX, oportunidade em que o autor questiona, ao passo em que também desestabiliza os fundamentos do mito da democracia racial, na medida em que apresenta a limitação dessa linha teórica quando considerada a realidade do racismo vivenciado pela população negra brasileira. Assim, a ideologia da mestiçagem representa o principal obstáculo à mobilização da identidade negra.

Há de se considerar que a atuação do Movimento Negro exerce determinante influência na reconfiguração dessa perspectiva ao afirmar politicamente a raça. Dito de outra forma, esse movimento ressignifica o valor semântico e político da palavra e da ideia, oferecendo-lhe um tratamento de cunho emancipatório de modo a romper com a inferiorização inscrita ao negro dentro das relações raciais.

Sobre essa relação antitética entre superior e inferior, lembremos Frantz Fanon (2008) expressando as dores de suas vivências: “mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o **negro não é um homem**. Há uma **zona de não-ser**, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer (FANON, 2008, p. 26 – grifo próprio)”<sup>9</sup>, para mais adiante afirmar que “o preto é escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade” (FANON, 2008, p. 66). E quem cria essa divisão? Fanon é categórico: “precisamos ter coragem de dizer: *é o racista que cria o inferiorizado*” (FANON, 2008, p. 90).

Portanto, os efeitos do colonialismo e do racismo consistem na classificação hierárquica de sujeitos, alguns como superiores e outros como inferiores. Aqueles têm o reconhecimento de sua humanidade e ocupam o lugar que ele denomina de “zona de ser”, enquanto estes têm a sua humanidade questionada e, por conseguinte, negada ocupando a “zona de não-ser”, uma vez que “aos olhos do branco, o negro não tem existência ontológica” (FANON, 2008, p. 104). Tal estrutura de dominação tem sido produzida e reproduzida durante séculos e de diferentes formas, com o intuito de naturalizar e justificar sistemas de opressão.

Por isso, esclarecemos que o racismo é um problema de raízes históricas, isto é, um problema estrutural, submerso em desafios e conflitos constantemente atualizados. Desse modo, a oposição ao sistema de opressão racial, da qual trata a luta antirracista, se apresenta

---

<sup>9</sup> O termo homem é sinônimo de ser humano ou de humanidade (KILOMBA, 2019, p. 107-108).

para nós como uma demanda política urgente. Importantes autores e autoras têm pesquisado sobre tais questões, tanto na arena da discussão teórica quanto no campo da construção de práticas antirracistas.

Portanto, a luta antirracista é construída a partir da conduta e prática diárias, as quais tem dentre os seus objetivos a desestabilização dos diferentes tipos de racismos colonialmente inculcados no imaginário e na memória da sociedade brasileira, bem como nas ações consideradas desprezíveis. Assim, este é um debate contínuo entre nossa herança colonial e imperial e a necessidade de se construir alternativas e estratégias de enfrentamento em nosso cotidiano. Em outros termos, “a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas” (RIBEIRO, 2019, p. 13).

Desse modo, por meio da discussão e da articulação entre as categorias de arte urbana, arte afro-brasileira, juventude e luta antirracista, construímos um referencial teórico que nos conduziu à compreensão da arte como a principal estratégia da atualização da luta antirracista no município de Benevides. Nesse sentido, à luz destas referências, é necessário investigar como ocorrem as manifestações artísticas de resistência no contexto local. Assim, inserida na questão da juventude, nos referimos também à identidade, ao processo de socialização a partir da arte, especialmente através da cultura hip hop.

Reiteramos novamente que o objetivo desta pesquisa caminha para além da estrita categorização das nossas experiências, pois, se assim fosse, perderia o sentido ter como finalidade a contribuição para a construção de uma ação efetivamente emancipatória. Dessa forma, salientamos que a mobilização pela construção e reconstrução cotidiana em favor da luta antirracista é uma realidade que atua como resistência em nosso município.

Como exemplo, está a história e as ações protagonizadas pelos atores da RCDB, a qual tem uma atuação que atravessa a luta pelo direito à cultura, à cidade e ao lazer, mas que, para além disso, nos fornece importante contribuição para a luta antirracista no município.

## 5. “NÃO VÃO NOS CALAR... AQUI AINDA GRITAMOS POR LIBERDADE”

A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo?

Djamila Ribeiro

Instigados pela referida questão e, conforme mencionamos na introdução, essa pesquisa foi orientada pela metodologia da pesquisa-ação, tendo em vista, antes de mais nada, a compreensão da definição, dos objetivos e dos princípios que a caracterizam. Como definição:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20).

Segundo Michel Thiollent (2011), dentre os aspectos que regem esse tipo de pesquisa, se encontram a necessidade de interação do pesquisador com a situação do grupo investigado, a participação na tomada de decisões, bem como a contribuição para uma ação concreta, ainda que, essa ação não transforme a realidade social no exato momento da pesquisa, que não se perca de vista a constante vigilância sobre o problema sociológico construído, tendo em vista a produção de conhecimento sobre a situação investigada.

Além disso, algumas características e princípios da pesquisa-ação permitiram que nossa investigação pudesse ser amparada por essa metodologia, tais como: a diversificação e a ampliação da aplicação da pesquisa-ação, de áreas ditas tradicionais, como educação e serviço social, às áreas consideradas mais atuais, tais como as de caráter cultural e artística; o compromisso social e científico da pesquisa-ação; e, o alcance da pesquisa-ação, o qual corresponde a uma faixa intermediária entre o microssocial (indivíduo) e o macrossocial (sociedade).

Sobre essa última característica, a qual está relacionada ao raio de ação da pesquisa, o autor afirma que “essa faixa intermediária de observação corresponde a uma grande diversidade de atividades de grupos e indivíduos no seio ou à margem de instituições ou coletividades”. Em outros termos, “é um instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições, coletividades de pequeno ou médio porte” (THIOLLENT, 2011, p. 14-15). Desse modo, a RCDB faz parte da dimensão proposta pela pesquisa-ação.

Thiollent (2011) salienta que em uma abordagem que considera a interação social entre pesquisadores e sujeitos de determinada situação, os aspectos sociopolíticos são frequentemente privilegiados. Assim, ao investigar os elementos que caracterizam a RCDB, bem como as ações

implementadas pelo coletivo, percebemos a impossibilidade de dissociar a situação da pesquisa dos aspectos sociopolíticos, os quais são provenientes do contexto formado a partir da história do município de Benevides. Dessa maneira:

Do ponto de vista sociológico, a proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação. Os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas. Para analisar a estrutura social, outros enfoques, de caráter mais abrangentes, são necessários (THIOLENT, 2011, p. 15).

Conforme descrito acima, os aspectos estruturais da realidade social não podem ser desconhecidos, logo eles não podem ser ignorados. Além disso, a existência de um conjunto de relações mais abrangentes que permitem que a ação se manifeste, precisa ser levada em consideração no processo de investigação. Dessa maneira, em nossa pesquisa, apresentamos no primeiro e segundo capítulos uma discussão com base na caracterização presente do município de Benevides e no retorno ao histórico de dominação e resistência neste município, respectivamente, cujo intuito tratou-se de preparar o cenário para a adequada compreensão do coletivo cultural pesquisado, tendo em vista a estrutura social de Benevides.

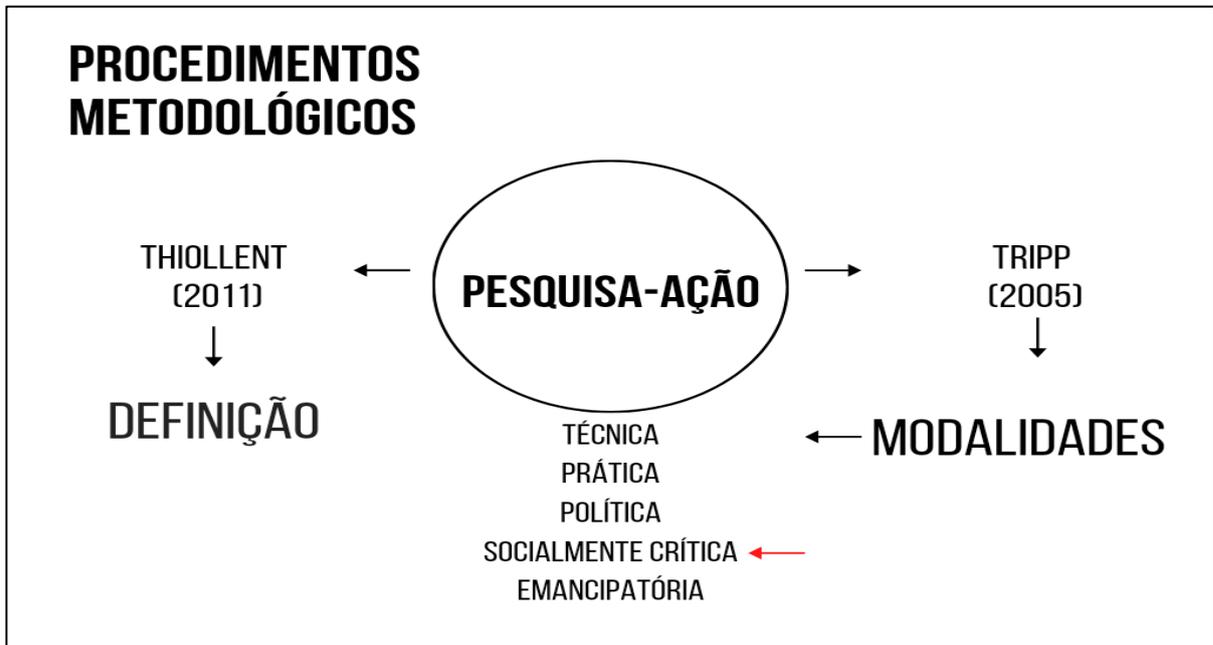
Dando continuidade, David Tripp (2005) ramifica a pesquisa-ação em cinco modalidades, são elas: pesquisa-ação técnica, pesquisa-ação prática e pesquisa-ação política. Esta, por sua vez, é subdividida em outras duas, são elas: a pesquisa-ação socialmente crítica e a pesquisa-ação emancipatória. Longe de ser um processo cristalizado e rígido, o ciclo básico desse tipo de pesquisa é formado pelas seguintes fases: o planejamento (fase 1), a implementação (fase 2) e a avaliação (todo o processo) (TRIPP, 2005, p. 453).

Portanto, inserido nas múltiplas possibilidades de orientação metodológica da pesquisa-ação, este trabalho corresponde à pesquisa-ação socialmente crítica que, conforme dito, trata-se de uma modalidade da pesquisa-ação política, que tem como objetivo “tornar o seu pedaço do mundo um lugar melhor em termos de mais justiça social”, isso porque esse tipo de pesquisa “passa a existir quando se acredita que o modo de ver e agir ‘dominante’ do sistema, dado como certo relativamente a tais coisas, é realmente injusto de várias maneiras e precisa ser mudado” (TRIPP, 2005, p. 458).

Ressaltemos que o processo da pesquisa-ação depende dos **objetivos** pretendidos, bem como das **condições** para a sua realização (TRIPP, 2005, p. 446 – grifo próprio). Desse modo, tendo em vista o contexto de crise sanitária global a que estamos submetidos, a proposta em termos de prática atenderá tais condições, visando à cooperação e, por conseguinte, à

contribuição para o aprimoramento da consciência racial dentro do coletivo cultural. A seguir, sintetizamos os procedimentos metodológicos desta pesquisa:

**Figura 8** – Procedimentos metodológicos



Fonte: Autora (2021)

Somado a isso, também nos apropriamos do paradigma da conversidade, termo desenvolvido pelo professor Reinaldo Fleuri (2019) para designar o modelo de conhecimento construído mediante o diálogo crítico estabelecido entre a universidade e os movimentos sociais. Em nossa investigação, um ponto importante diz respeito à urgência de efetivar o diálogo étnico-racial entre a academia e o coletivo cultural pesquisado.

Nesse contexto, segundo Fleuri (2019, p. 16), a conversa é o principal instrumento utilizado, ultrapassando a ideia de uma conversa corriqueira, dispersa ou mesmo autoritária e tendo como objetivo a construção de uma *conversa porfiada*, a qual pressupõe o enfrentamento crítico dos problemas sociais, ou, ainda, de uma *conversa confiada*, relativa a relações de parceria e confiança entre os sujeitos envolvidos. Desse modo, alcançar os objetivos trata-se de conseguir criar um contexto de conversidade e, portanto, de um diálogo crítico.

Portanto, os recursos da investigação serão fundamentados na articulação entre os princípios da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), por meio da modalidade de pesquisa-ação socialmente crítica (TRIPP, 2005), e a concepção da conversidade (FLEURI, 2019).

Assim, apresentaremos a seguir os resultados que correspondem ao primeiro objetivo e a primeira fase metodológica desta pesquisa. Na fase de planejamento (fase 1) estiveram inseridas a análise de elementos que caracterizam o coletivo, a participação nas programações,

na construção da agenda e nos debates nas reuniões. Para isso, a seção sobre a Roda Cultural de Benevides está dividida em dois momentos, são eles: a que elenca os principais elementos que caracterizam o coletivo cultural em questão e o que aborda as ações predominantes da RCDB.

### 5.1 SOBRE A RODA CULTURAL DE BENEVIDES

Segundo o artista ViniCobra, um dos diretores da RCDB, é fundamental conhecer os valores e os pilares do Movimento Hip Hop, se se quiser compreender o coletivo RCDB. Antes de mais nada, o hip pop é um movimento nascido na rua que, apesar da produção de alguns trabalhos acadêmicos, não encontramos extensa disseminação sobre as suas origens na universidade. Contudo, o artista é categórico: *“mais importa a vivência e o compartilhamento do que sabemos do que a teoria”*.

Não é o propósito desta pesquisa dissertar sobre a história do movimento hip hop, mas é pertinente pontuar os seus valores e pilares em relação à constituição da RCDB, tendo em vista o contexto comunitário em que eles são cultivados e, além disso, porque o “comunitarismo” é um dos valores civilizatórios afro-brasileiros.

A paz, o amor, a união e a diversão são consideradas os valores do hip hop em sua origem, e podemos observar que tais valores estão presentes na interação entre os atores da RCDB. Doutro modo, os pilares originais do hip hop são o *RAP* (ritmo e poesia), o *djing* (DJ), o *graffiti* (grafite) e o *break* (dança). Em linhas gerais, o conjunto desses elementos constituem a complexa cultura hip hop.

Portanto, em nossa pesquisa, fica claro que a RCDB tem como influência tal cultura, mas também a modifica, ampliando e reconfigurando as ações com outras combinações e possibilidades expressivas. A RCDB está fundamentada nesses valores e pilares, de tal modo que se apresenta para os adolescentes e jovens de Benevides como uma oportunidade de diversão e lazer, além de possuir em seu discurso a luta contra a violência, ao passo em que enfatiza a necessidade de construir e compartilhar os saberes entre seus pares.

Dentro desse cenário, a RCDB é um coletivo fundado formalmente no dia 08 de agosto de 2018. Com uma mobilização inicial incipiente, contou com a presença de cinco adolescentes e jovens, quando ocorreu a primeira batalha de RAP no antigo terminal rodoviário da cidade. Porém, podemos dizer que os primeiros encontros com essa conotação ocorreram durante o intervalo entre as aulas em uma escola estadual com a posterior apresentação de batalhas de rima e poesia em programações dessa instituição.

Na investigação sobre a gênese da organização do coletivo, a procura por um começo preciso do mesmo constituía um empecilho que eu própria criei, uma vez que esse início não existe rigidamente. Essa busca foi ocasionada porque, embora tenha uma data de fundação, em conversas informais com membros do coletivo, fica evidente que existem antecedentes que indicam tanto o interesse como uma incipiente mobilização, com a finalidade de promover batalhas de RAP, assim como a expressão de outras formas de arte.

Os encontros foram chamados inicialmente de “Batalha de Benevides”, mas logo foram renomeados para Roda Cultural de Benevides. O primeiro termo restringia o coletivo a uma única ação, a saber, as batalhas de RAP. Portanto, a escolha do termo “roda” pressupõe que a disposição dos sujeitos durante a socialização e interpretação artística é feita de forma circular. Sem uma organização rígida, ocorre a liberdade de interação, sendo essa a principal característica que permite identificar a articulação desse grupo em interação como coletivo cultural. O que predomina como princípio é a ocupação do espaço público para si, a fim de possuí-lo e transformá-lo.

Os atores do coletivo organizam e desenvolvem atividades culturais, principalmente nas praças, mas também atuam nas instituições escolares. Atualmente existe contato com o grupo de skatistas da cidade, bem como com outros movimentos agregados, como o Movimento Ação por Moradia (MAM).

Desse modo, o coletivo é caracterizado pelo dinamismo das ações e pelo caráter horizontal de interação entre os atores envolvidos. Nesse cenário, apreendemos pelos menos três elementos presentes na organização do coletivo, são eles: (I) a logo do coletivo; (II) a constituição da agenda/calendário do coletivo; (III) e o conteúdo da divulgação. Além disso, registramos duas ações centrais de caráter artístico e cultural organizadas pela RCDB, são elas: (IV) a batalha de RAP; (V) e a batalha de poesia falada<sup>10</sup>.

### **5.1.1 Elementos da (re) existência**

Dentre os elementos apreendidos nesta investigação, em diálogo com a identificação da característica dinâmica e dos significados das ações planejadas e desenvolvidas pelos atores do coletivo, três orientam para um caminho de atuação efetiva na luta antirracista em

---

<sup>10</sup> Em 3 anos de atuação da RCDB, temos registradas diferentes manifestações, tais como: dança, grafite, música, teatro, concursos de beleza, rodas de conversas, entre outras. É o próprio caráter dinâmico do coletivo que abre possibilidades para toda e qualquer forma de expressão artística e cultural, sendo as mais predominantes e duradouras as batalhas de rima e de poesia falada.

Benevides/PA por parte do coletivo RCDB, são eles: (I) a logo do coletivo; (II) a constituição da agenda/calendário do coletivo; (III) e o conteúdo da divulgação. Analisaremos cada um a seguir:

I) A logo do coletivo em formato circular traz a noção de “roda”, reproduz a combinação entre os principais componentes presentes no monumento da entrada da cidade de Benevides, isto é, a mão estendida e as correntes quebradas, conforme mostra a Figura 1 (p.24), e a presença de outro termo, além de “Berço da Liberdade” presente na Figura 2 (p.25), que faz referência ao fato ocorrido em 30 de março de 1884, a saber, “Terra da Liberdade”. Recentemente a logo foi atualizada por uma proposta mais colorida e reflexiva ao trocar a “Terra da Liberdade” por “Terra de Mentos Livres”, deslocando o protagonismo do lugar para os sujeitos. De todo modo, em ambas percebemos a presença de elementos de caráter histórico e simbólico, que contribuem para acionar a memória acerca da libertação dos escravos em Benevides, conforme mostram as figuras abaixo:

**Figura 9** - Primeira logo oficial da Roda Cultural de Benevides



Fonte: Arquivo RCDB (Elaborado por Talles Medeiros, ViniCobra, 2018)

**Figura 10** - Logo atualizada da Roda Cultural de Benevides



Fonte: Arquivo RCDB (Elaborado por Talles Medeiros, ViniCobra, 2021)

II) A construção da agenda/calendário do coletivo sempre leva em consideração a relação entre a culminância de 30 de março e de 20 de novembro. O objetivo é relacionar à construção da agenda, os debates presentes sobre racismo e antirracismo em Benevides, assim como produzir um espaço de compartilhamento de experiências e manifestações artísticas e culturais, tendo como contexto as relações raciais brasileiras. Em 2020 esta agenda foi suspensa, devido a pandemia do covid-19. Nosso contato se tornou limitado à modalidade virtual. Ainda sobre a agenda, outra demanda tem sido recorrente desde 2019, trata-se da institucionalização do coletivo, cuja finalidade pressupõe a possibilidade de participação em editais disponíveis, que visem investir em projetos culturais. Apesar da não concretização desse objetivo até o momento, o coletivo RCDB foi contemplado no final do ano de 2020 com a lei Aldir Blanc<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Lei de Emergência Cultural criada com a finalidade de ajudar trabalhadoras(es) do meio cultural, assim como espaços culturais brasileiros no período de isolamento social, provocado pela pandemia do covid-19.

III) A forma como é pensada e executada a divulgação do coletivo também merece atenção. Para exemplificar, abaixo está uma poesia utilizada em conjunto com um material audiovisual disseminado nas redes sociais do coletivo da RCDB. Ela nos permite refletir que o ato de rememorar a história de Benevides só tem sentido pleno quando questionamos os efeitos em nossos dias e as possibilidades de atuação concreta contra o racismo:

No dia 30 de março de 1884 a antiga colônia de Nossa Senhora do Carmo, atual município de Benevides, no Pará, se tornaria a primeira na Amazônia e a segunda no Brasil a libertar aqueles e aquelas que estavam sob condição de escravidão em seu território, 4 anos antes da princesa Isabel assinar a Lei Áurea.

Trazemos a nossa história de resistência escrita no sangue...

Roda cultural de Benevides, um projeto sobre vida: unidos pela visão de empoderar nossa história, trouxemos a cultura do Rap como diálogo pra nossa trajetória.

Os menó aprendendo o respeito, usando poesia como revolução, fazendo um som de preto e reconstruindo sua emancipação.

Conscientes do nosso papel, adentramos nas escolas, sonhando com mais ensino da literatura negra e com tudo que não colocaram nos livros de história. Nosso poder é o conhecimento, formamos mentes livres capazes de reivindicar seu lugar de fala.

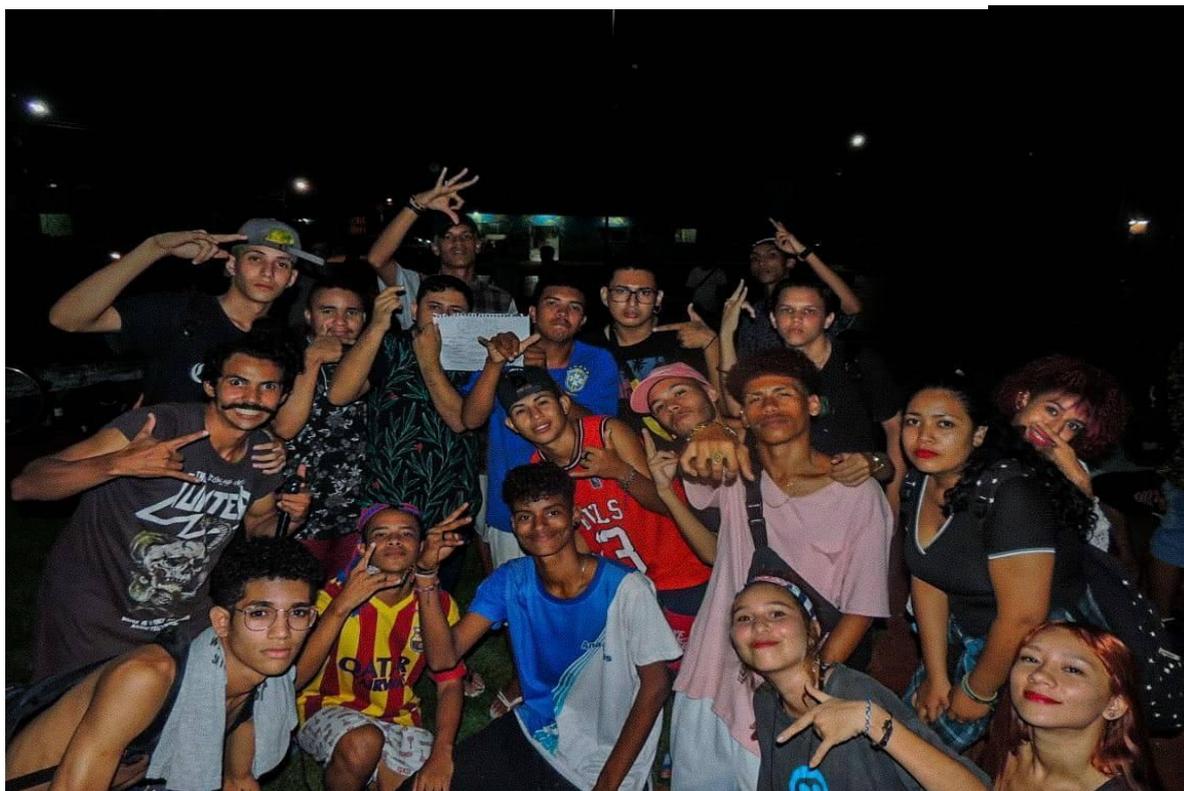
Em tudo fomos primeiros, desde a libertação, Roda cultural de Benevides é sobre nunca deixar que nosso povo traga resquício mental algum da escravidão (Liz Silva, 2020).

### 5.1.2 Ações de (re) existência

Pesquisar a atuação da RCDB tem sido um desafio porque, dentre outras razões, trata-se de um coletivo recente, quando comparado com outros coletivos situados nas grandes capitais do Brasil. Apesar desse fato, conforme expusemos acima, é possível desenvolver a caracterização do mesmo a partir da observação de certos elementos, assim como compreender os seus significados por meio de ações específicas, como as batalhas de RAP e as batalhas de poesia falada.

(IV) Batalhas de RAP: com 3 anos de atuação, a RCDB realizou mais de 80 edições de batalhas de RAP. São realizadas todas as sextas-feiras às 17h, na maioria das vezes no espaço público das praças centrais de Benevides. Além do duelo de mcs, a programação é composta por batalhas de poesia, pequenos shows com música e algumas vezes danças, mas é uma programação extremamente flexível e aberta para outras apresentações culturais. Geralmente ocorrem premiações para os campeões das batalhas, o que também configura um incentivo para a participação.

**Figura 11-** Edição nº 42 da Roda Cultural de Benevides



Fonte: Arquivo Roda Cultural de Benevides (2019)

(V) Poesia falada: o SLAM Liberdade, como é chamada a competição de poesia falada de Benevides, foi fundado em janeiro de 2019 e ocorrem todos os sábados às 17h, também nas praças centrais de Benevides. É uma ação autônoma em relação ao RCDB, mas também interligada a ela. Por isso, também podem ocorrer dentro da programação da RCDB às sextas-feiras. Os temas das poesias são livres, geralmente tratam sobre as vivências de cada competidor, dores e expectativas. Chamamos atenção novamente para o termo “Liberdade”, em alusão a já mencionada cidade de Benevides e sua história. Destacamos novamente a poetisa Liz Silva, diretora da RCDB e uma das fundadoras do SLAM Liberdade. Liz é TRI campeã estadual consecutiva desde 2019 de poesia falada. Esta competição é organizada pelo coletivo SLAM Dandaras do Norte<sup>12</sup>. Assim, Liz foi representante do Estado do Pará no campeonato de SLAM nacional, conquistando o 3º lugar no ano de 2021.

---

<sup>12</sup> Um dos coletivos investigados pela antropóloga Leila Ferreira (2019), protagonizados pelas manas e criado em Belém do Pará no ano de 2017.

**Figura 12** - 12ª edição do SLAM Liberdade



Fonte: Arquivo Roda Cultural de Benevides (2020)

As batalhas de RAP e de poesia falada são as principais ações realizadas dentro da RCDB, como evidência deste fato está a “Escola de MCs”. Um evento on-line que ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2021, cuja programação foi composta por duas oficinas: a primeira tratou sobre a apresentação dos fundamentos da batalha de poesia falada, enfatizando o conceito norteador da mesma, isto é, a “poesia marginal”, que diz respeito ao modo de expressão dos sujeitos que falam a partir de condições e de contextos desprivilegiados. A segunda oficina teve como objetivo apresentar a história e os princípios da RCDB e, por isso, teve uma conotação de formação.

Em ambas, uma questão atravessou o debate: como o sentimento de comunidade presente por meio dos valores e pilares do coletivo, consegue se sobressair em relação a competitividade das batalhas? Percebemos que o convite à competição em si, tem mais a ver com a necessidade de ter uma motivação para participar da batalha do que com o embate para saber quem é melhor na rima ou poesia. É um momento oportuno de expressar sentimentos, emoções e de, enfim, “colocar pra fora” a verdade das vivências pessoais. A contradição inicial entre a competição e o comunitarismo não se anulam, mas contribui para a compreensão da constituição do próprio coletivo, o qual é cerceado por conflitos e possibilidades.

Portanto, a partir da análise de tais elementos e ações, verificamos que a RCDB tem uma atuação que atravessa a luta pelo direito à cultura, à cidade e ao lazer, mas que, para além disso, fornece importante contribuição para a compreensão do modo como a luta antirracista é construída em Benevides na contemporaneidade. Contudo, uma das maiores dificuldades atuais é se manter ativo no coletivo, tendo em vista as obrigações e a necessidade de suprir demandas básicas. O desafio presente é a busca por alternativas pensadas coletivamente.

Em outras palavras, a RCDB, com as limitações e desafios impostos, nos direcionou para a continuidade da problematização em torno da contribuição para a luta antirracista em Benevides/PA, a partir da compreensão dos elementos e significados das ações da RCDB. Em nossa compreensão, por sua vez, existe a necessidade de melhor organizar os objetivos e princípios explícitos relacionados à luta antirracista, isto é, é imprescindível tratar explicitamente da questão racial, para que seja possível avançar. É sob essa perspectiva que caminhamos para a fase final desta investigação.

### 5.1.3 Resistência à omissão

Nos primeiros capítulos desta pesquisa trouxemos à tona uma discussão necessária para compreender o *modus operandi* da experiência colonial e dos seus efeitos nas relações sociais atuais e, por conseguinte, no desenvolvimento da própria pesquisa. Tal discussão é sintetizada por meio da articulação entre as ideias de atemporalidade e racismo, com atenção voltada para o racismo cotidiano e o racismo por omissão, assim como para a distinção entre as categorias colonialismo e colonialidade.

Estas últimas categorias foram amplamente debatidas no interior do grupo de investigação Modernidade/Colonialidade formado no final da década de 1990. Conforme resume Ballestrin (2013), tal grupo era “formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de ‘giro decolonial’” (BALLESTRIN, 2013, p. 89).

Trata-se de uma outra perspectiva sobre as sociedades colonizadas e as relações nelas construídas. Nessa pesquisa, procuramos dar ênfase a esta outra perspectiva, a qual, à luz da teoria pós-colonial, é designada de descolonização ou decolonização. Ambos os termos são utilizados pelos intelectuais dessa vertente teórica. Segundo Kilomba (2019), por exemplo, “descolonização refere-se ao desfazer do colonialismo. Politicamente, o termo descreve a

conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os e, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia” (KILOMBA, 2019, p. 224).

Por sua vez, Walsh (2013) opta pelo termo decolonização e a justificativa para isso é a seguinte:

Dentro da literatura relacionada a colonialidade do poder, se encontram referências a descolonialidade e ao descolonial, a decolonialidade e ao decolonial. Sua referência dentro do projeto de modernidade/colonialidade começa em 2004, abrindo assim uma nova fase em nossa reflexão e discussão. Retirar o "s" é uma opção minha. Não é promover um anglicismo. Pelo contrário, pretende marcar uma distinção entre o significado de "des" e o que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer ou reverter o colonial. Isto é, passar de um momento colonial a um não colonial, como fosse possível que seus padrões e marcas deixassem de existir. **Com este jogo linguístico, pretendo pôr em evidência que não existe um estado nulo da colonialidade, se não posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, insurgir, criar e incidir. O decolonial denota, portanto, um caminho de luta contínua no qual se pode identificar, viabilizar e encorajar lugares de exterioridade e construções alter-(n)ativas** (WALSH, 2013, p. 24-25- tradução e grifo próprios).

Utilizamos a definição segundo Walsh (2013) por comportar o significado que imprimimos na implementação da prática social e na análise dos resultados obtidos. Desse modo, reiteramos novamente a intencionalidade da proposição teórica, metodológica e argumentativa que assumimos nesta pesquisa. Expor, por um lado, a capacidade violenta com que o racismo na sua forma silenciosa pode causar e, por outro lado, a potencialidade de determinados movimentos culturais, artísticos e políticos, é conceder primazia para esta outra perspectiva que considera a ação de resistência dos sujeitos excluídos da participação social como centrais.

Em síntese, quando falamos em decolonizar nossa mentalidade e nossas ações, estamos nos referindo a um movimento, no sentido mais dinâmico que o termo pode sugerir, contrário e resistente, que se pretende alternativo frente às formas de dominação que insistem em classificar, hierarquizar e cercear as relações sociais de sujeitos historicamente colonizados. Portanto, urge questionar: como efetivamente realizar uma decolonização?

Para responder a tal questão, retomamos o que mencionamos em capítulos anteriores acerca da resistência a partir dos conhecimentos e dos saberes construídos nas lutas por emancipação. Segundo Gomes (2017), conceber as ações, as intervenções, as experiências e os conflitos desencadeados pela atuação da RCDB no município de Benevides à luz teórica proposta, encaminha esta pesquisa para a ampliação da compreensão do significado conferido à esta atuação.

Com o objetivo de apontar uma alternativa para uma prática pedagógica emancipatória, Gomes (2017) baseia sua argumentação nos trabalhos do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Assim, nessa perspectiva, a modernidade ocidental permitiu a construção de dois pilares de tensão dialética, que são chamadas de regulação social e emancipação social. Delineando tal tensão, enquanto a regulação social está fundamentada em três princípios, representados pelo Estado, mercado e comunidade, a emancipação social está baseada em três racionalidades, são eles, a científico-instrumental, a moral-prática e a estético-expressiva (GOMES, 2017, p. 57).

Além disso, tal tensão comporta duas formas de conhecimento, isto é, o conhecimento-emancipação, que diz respeito à passagem do estado de ignorância, denominado colonialismo, para um estado de saber, denominado solidariedade, e o conhecimento-regulação, que implica a passagem do estado de ignorância, agora chamado caos, para um estado de saber, agora chamado ordem.

O que nos importa ressaltar acerca do supracitado quadro teórico é o fato do conhecimento-regulação ter conquistado primazia sobre o conhecimento-emancipação. Isso não significa dizer que este conhecimento esteja disperso à modernidade, mas sim que tem sido marginalizado pela ciência moderna. A este tipo de conhecimento, que objetiva a emancipação social, ao passo em que conflita com a ciência moderna, estão relacionadas diretamente as práticas sociais, culturais e políticas.

Segundo Novaes (2019), é impossível falar de ativismo político na atualidade sem falar da participação e das narrativas juvenis vivenciadas e enunciadas por sujeitos denominados como periféricos. Conforme mencionamos anteriormente, é importante não perder de vista que a noção de periferia ultrapassa a concepção geográfica e se relaciona ao recurso simbólico que politiza ações culturais, tais como a música, a dança e a poesia. Desse modo, é atualizada a forma da juventude fazer política.

Com efeito, imersos nessa tensão dialética, é vital encontrar alternativas, comprometidas com o conhecimento-emancipação, de modo que esta forma de conhecimento sobressaia o conhecimento-regulação. Para isso, em uma perspectiva pós-colonial, é necessário investigar os meios que foram menos colonizados pelo cânone hegemônico. Gomes (2017) aponta que, em nível de regulação, a comunidade foi o princípio menos colonizado. Por sua vez, em nível de emancipação, a racionalidade estético-expressiva foi a menos colonizada.

Assim, de acordo com essa contextualização que direciona a busca por alternativas e estratégias de emancipação e transformação social, concebemos o coletivo RCDB, considerando a sua construção no interior de uma comunidade e as suas manifestações estético-expressivas.

#### 5.1.4 O caráter emancipatório da ação da Roda Cultural de Benevides

A RCDB realizou suas primeiras ações em agosto de 2018. Entretanto, meu primeiro contato se deu no ano seguinte, em 2019, simultaneamente com o ingresso no mestrado. Isso significa dizer que meu projeto de pesquisa, construído considerando o pano de fundo histórico e simbólico do município de Benevides, ainda não tratava da RCDB de forma específica.

Essa informação é relevante, porque traz à tona a questão do quanto uma pesquisa com caráter social, tendo em vista a compreensão, a explicação e a transformação do meio que nos cerca, precisa se permitir mudar, seja retirando o que não cabe para o contexto ou, ainda, acrescentando o que é vital para o desenvolvimento da pesquisa.

Especificamente, a minha interação com a RCDB em 2019 ocorreu após meus compromissos de estudo e trabalho no Centro Integrado de Conhecimento (CIC)<sup>13</sup>, quando eu comecei a observar um grupo de adolescentes e jovens reunidos na praça que fica localizada exatamente em frente ao CIC, dispostos literalmente em uma roda, enunciando ritmicamente frases, orações, períodos.

Ainda leiga de qual o significado daquela movimentação, compreendi posteriormente que se tratavam das famosas batalhas de RAP, cuja história sinaliza para a resistência de grupos socialmente marginalizados. A partir de então, surtiu em mim curiosidade, interesse e muitos questionamentos que convergiram para o que viria a ser esta pesquisa.

Nesta trajetória de pesquisa, estiveram presentes algumas dificuldades que remetem à questão estrutural própria de sociedades com um passado colonial, isto é, dentre as dificuldades encontradas estão aquelas de ordem institucional e política. Em outras palavras, estamos falando de um coletivo cultural de origem periférica que não conta com o apoio de secretarias nem dos poderes executivo e legislativo, por exemplo.

Além disso, tal realidade está associada à uma crise sanitária que nos atingiu e nos condicionou ao recôndito de nossas casas, sem perspectivas significativas. Nesse contexto, encontrei apoio na rua e nas vozes que de lá emergem, embora também este espaço tenha sido cruelmente afetado pela pandemia que nos assolou. Desse modo, foi possível observar que as frustrações, incertezas, inseguranças, situações peculiares a fase da adolescência e da juventude foram potencializadas nesse período.

À exposição da fase de implementação desta pesquisa é necessário suscitar mais uma reflexão. Sabemos a relevância que a produtividade acadêmica desempenha em cada programa,

---

<sup>13</sup> Espaço destinado aos estudantes do município para fins de estudo e pesquisa; sede do cursinho municipal de Benevides.

docente e discente de pós-graduação. Para isso, é fundamental seguir normas e atender as expectativas do campo científico, com o zelo de que cada pesquisa seja adequadamente amparada em evidências. Contudo, quando voltamos nosso olhar para as ciências sociais, é um desafio abordar temas atuais e complexos, com carga teórica profunda, extensa e divergente, uma vez que a realidade que se impõe é sempre dinâmica e contraditória, dificultando a arte de mensurar nossos dados.

Por sua vez, tal desafio também nos instiga a refletir sobre as possibilidades de abordar tais temas, bem como suas respectivas categorias de análise, de modo objetivo e claro, mas sem perder a qualidade da explanação, bem como da compreensão e da comunicação entre os envolvidos nesse laborioso processo. Além disso, para mim, foi impossível fazer esta pesquisa, por mais comprometida com a neutralidade que fosse, sem a presença de afeto, de sensibilidade e, principalmente, de humanidade.

Em síntese, os resultados aqui apresentados são sintetizados tal como está na epígrafe desta investigação, isto é, “dediquei-me neste estudo a apalpar a miséria do negro. Táctil e afetivamente. Não quis ser objetivo. Aliás, não é bem isso: melhor seria dizer que não me foi possível ser objetivo” (FANON, 2008, p. 86).

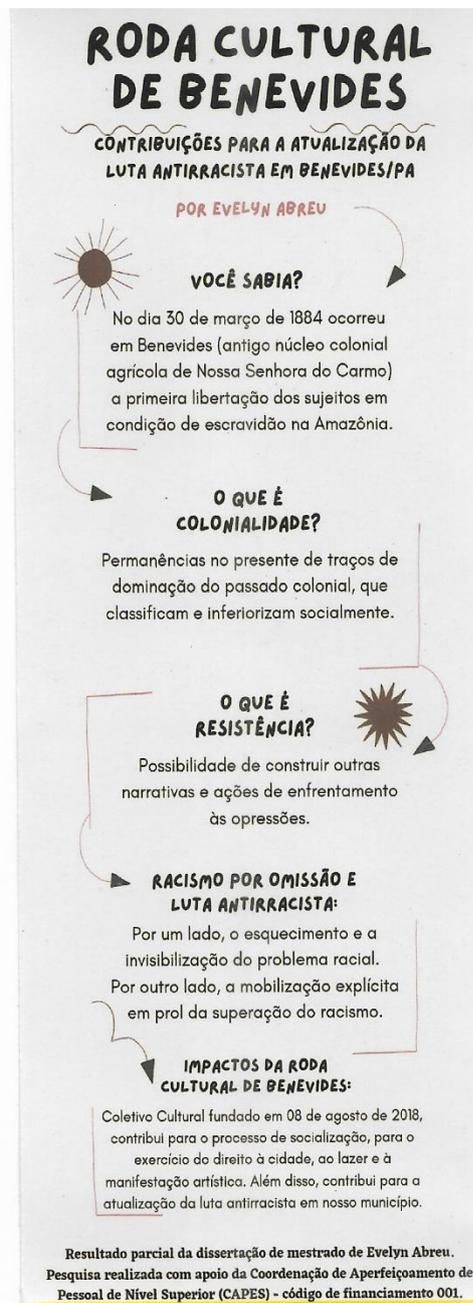
A minha experiência individual e coletiva com o coletivo cultural pesquisado conduziu a propor como prática a cooperação para o fortalecimento da consciência racial da RCDB, a partir da perspectiva da conversidade. Tratou-se de se apropriar dos conceitos da academia como instrumentos para o aprimoramento de tal consciência, desencadeando na execução da segunda fase desta investigação.

A implementação da pesquisa seria para dialogar sobre os resultados desta pesquisa, em quatro momentos, em formato de formação, mas tão logo percebi que não seria possível executar conforme a minha pretensão inicial, uma vez que para estabelecer um diálogo significativo entre a universidade e os movimentos sociais ou, ainda, entre o conhecimento construído na academia e os saberes produzidos nas lutas sociais, eu não poderia alcançar tais objetivos do jeito convencional. Entenda-se, com aquele formato de aula.

Por isso, os objetivos pretendidos inicialmente pela pesquisa foram absolvidos pelos objetivos da RCDB na programação construída para consumir a celebração do 3º aniversário da RCDB. A programação foi dividida entre os dias 14 e 21 de agosto de 2021. Desse modo, podemos inferir que nossa pesquisa foi melhor executada quando se permitiu atravessar a programação, conforme as próprias demandas do coletivo. Em outras palavras, foi a flexibilidade à outra metodologia que permitiu alcançar a finalidade estabelecida.

No primeiro dia ocorreu uma roda de conversa, cujo objetivo foi dialogar sobre a razão da realização desta pesquisa, além de ser uma forma de retribuição imediata ao coletivo cultural, sujeito da investigação. Para atingir tal finalidade, construí um infográfico, que foi impresso com o objetivo de ser utilizado como marca página, apresento o modelo a seguir. Na oportunidade, sintetizo a pesquisa nas principais categorias que estão relacionadas à história de Benevides, assim como a RCDB. Transformar a explanação em um infográfico foi uma estratégia para tornar a prática didática, sem perder a profundidade do debate.

**Figura 13 - Infográfico**



Fonte: Autora (2021)

Entretanto, antes de chegar na sistematização do infográfico, ocorreram algumas alterações nos temas abordados. A figura a seguir mostra o resultado dessas modificações entre objetivo inicial e resultado final:

**Figura 14 - Fase de implementação**



Fonte: Autora (2021)

A alteração foi justificada pela necessidade de adequar e elucidar as questões mais pertinentes desta pesquisa para adolescentes e jovens. Primeiro, quando propus situar Benevides ontem e hoje, percebi que ficaria mais claro se eu questionasse se conheciam as particularidades históricas do município em que vivemos. A partir daí foi possível estabelecer o início do diálogo. Por sua vez, a questão que indaga como decolonizar sem saber, tem a ver com a reflexão se é possível construir um movimento que contrapõe aos efeitos do passado colonial sem conhecer esse mesmo passado. Logo, foi modificado por um questionamento explícito entre o que é colonialidade e o que é resistência.

Posteriormente as categorias movimento negro, movimento hip hop e coletivo cultural foram substituídas pelas concepções de racismo por omissão e luta antirracista, suscitando uma reflexão sobre a importância do posicionamento frente a casos de racismo, bem como sobre nossa função enquanto sujeitos atuantes na sociedade. Finalizamos com a alteração dos saberes

construídos pela RCDB para falar sobre os impactos que conhecer e integrar o coletivo geram na visão que se constrói individual e coletivamente na sociedade.

Abaixo estão registros de como foi o primeiro dia de programação do 3º aniversário da RCDB, realizado no dia 14 de agosto na antiga sede do MAM:

**Figura 15 - Roda de conversa**



Fonte: Autora (2021)

**Figura 16 - Roda Cultural de Benevides com o infográfico**



Fonte: Autora (2021)

**Figura 17** - Fotografia com a diretoria da Roda Cultural de Benevides



Fonte: Autora (2021)

Por conseguinte, a culminância da comemoração em virtude do 3º aniversário da RCDB ocorreu na semana seguinte, no dia 21 de agosto, e contou com a apresentação de poesia marginal, seguida da batalha de RAP. Na oportunidade foi possível identificar a alegria de estar perto, a continuidade da socialização, a interação por meio da exposição da poesia, da rima e dos aplausos que significavam reconhecimento. Em um período marcado pela incerteza do tempo vindouro, esse momento representou consolo.

Neste momento, utilizaremos as imagens como recurso para a apresentação dos resultados obtidos no dia 21 de agosto, isto é, as imagens estão organizadas em uma sequência que mostra cada etapa do que foi realizado na ocasião do aniversário da RCDB. Assim, segue abaixo registros desse dia de celebração:

**Figura 18 - Montagem dos equipamentos**



Fonte: Autora (2021)

**Figura 19 - Equipamentos montados**



Fonte: Liz (2021)

**Figura 20** - Apresentação de poesia marginal



Fonte: Autora (2021)

**Figura 21** - Público prestigiando a apresentação da poesia



Fonte: Autora (2021)

**Figura 22 - Batalha de RAP**



Fonte: Autora (2021)

**Figura 23 - Batalha de RAP**



Fonte: Autora (2021)

**Figura 24** - Premiação da Batalha de RAP



Fonte: Autora (2021)

**Figura 25** - Encerramento do 3º aniversário da Roda Cultural de Benevides



Fonte: Autora (2021)

## 6. ANTES DE TERMINAR

Deixe para lá sua história – disseram-me então – deixe suas pesquisas sobre o passado e tente adaptar-se ao nosso passo. Em uma sociedade como a nossa, extremamente industrializada, científica, não há mais lugar para sensibilidade [...].

Não sei se pode soar altiva a comparação, contudo observando o trecho acima destacado e o que Fanon ouviu em determinada ocasião, lembrei-me de mim, quando ouvi na avaliação da minha defesa de conclusão de curso em ciências sociais no ano de 2018 a seguinte frase: – seu trabalho tem muito sofrimento. Na oportunidade, pesquisei sobre a implementação dos dispositivos legais referentes à educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em escolas da rede municipal de ensino de Benevides, levando em consideração a história de emancipação ocorrida nesse território.

Com um riso discreto eu acenei com a cabeça como quem quisesse apenas responder: – sim, é verdade. Pois bem, apesar da expressão discreta e objetiva, eu sabia o quanto aquela afirmativa era verdadeira e o quanto ela resumia a trajetória que teve como resultado aquela monografia. Eu não sei dizer se foi a quantidade de laudas para um trabalho acadêmico de final de graduação, ou se foi a forma como eu organizei e redigi aquela investigação, eu só sei que nada mais sintetizava aquele momento do que o sentimento de sofrimento.

Retrocedendo alguns meses, já em 2017, quando eu havia decidido o tema de pesquisa do referido trabalho, em uma conversa com uma amiga pedagoga, eu escutei o seguinte parecer: “eu tentei realizar um trabalho com essa temática e não consegui. Mas tente, vai que você consiga”. Neste diálogo informal, eu não me senti desmotivada, minha amiga não falou com a intenção de impedir com que eu fosse adiante, ela somente me disse algo com base na experiência que ela teve. Levei em consideração e pensei comigo mesma: alguém tem que tentar e tem que conseguir, se não for eu e não for agora, provavelmente será em um dia, só que mais distante do tempo presente.

Não posso negar que no início eu estava empolgada com a ideia de quem sabe ser precursora de algum feito importante no lugar que eu cresci e vivi praticamente a minha vida inteira. Nesse sentido, soma-se justamente a afetividade construída com este lugar que, para mim, sempre foi sinônimo de lar. Pode parecer um fim bastante egoísta, mas quando temos vinte e poucos anos, com uma realidade destituída de tantos privilégios, conseguir planejar e conquistar algum objetivo se transforma em uma grande realização pessoal. De alguma maneira a vida adquire um novo sentido.

Tendo em vista o conflito entre meu anseio em relação à concretização daquela pesquisa e as incertezas impostas durante a caminhada, surgiram algumas questões que são reconfiguradas continuamente, mas que me acompanham desde então e, portanto, fazem sentido questionar até hoje: é possível realizar quaisquer objetivos sem ânimo e sem motivação? Como administrar a linha tênue entre a objetividade e a insensibilidade?

Rememorar a trajetória que certamente começou antes da redação deste texto aciona lembranças afetivas, como as que eu descrevi e que gostaria de reiterar mais uma vez. Recordo que, no primeiro momento, predominara a empolgação, a expectativa, o anseio em fazer algo com algum impacto significativo. Contudo, após as primeiras experiências, dentre as quais o contato que eu precisei ter com alguns órgãos do município de Benevides, acrescentou-se a todos aqueles sentimentos, o então sofrimento identificado pela minha avaliadora.

Preciso dizer que o sofrimento vivenciado mediante as dificuldades e empecilhos que a mim foram impostos não anularam os primeiros sentimentos que me fizeram querer realizar a pesquisa mencionada. Aproprio-me dos termos presentes na canção *À palo seco* de Belchior “sonho, sangue e América do Sul”, que me recordam por alguma razão o conflito entre ser objetiva, mas sem abrir mão de um comportamento afável. Nesse emaranhado de confusão, como desabafa Fanon “de vez em quando, dá vontade de parar. É duro investigar sobre a realidade” (FANON, 2008, p. 124), eu decidi prosseguir.

Dessa maneira, foi um percurso demasiadamente laborioso até eu reconhecer a necessidade em aprender como distinguir, de um lado, a expectativa da romantização, e, do outro lado, a objetividade da insensibilidade. Não acredito em uma pesquisa destituída de um mínimo de empolgação, assim como reconheço a necessidade da objetividade, ambas primordiais para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Então, o desafio em calibrar tantos elementos conflitantes, principalmente em uma pesquisa que se propõe uma prática, além da compreensão da situação pesquisada, é constante.

Assim, à medida que as intempéries dessa jornada se apresentaram para mim, ficou claro o entendimento de que as relações humanas e sociais são constituídas de contradições e conflitos. Logo, uma pesquisa científica com um coletivo localizado na faixa intermediária entre o microssocial e o macrossocial também possuem os seus. Desse modo, a questão que urge é a seguinte: é possível realizar esse tipo de pesquisa sem ser visceral?

Honestamente, passada a experiência da construção do TCC até o momento de avaliação, considerando o significado e as implicações que aquela produção científica promoveu em mim, decidir pela submissão de um projeto de mestrado cuja pretensão tratava-se de avançar em termos teórico e metodológico em relação àquela pesquisa, cônica da

possibilidade de mergulhar em tantas contradições, conflitos, confusões e incertezas, me permite assegurar: é impossível não ser visceral. Eu ainda não sei se isso é uma escolha ou se é inerente ao processo, mas sei que ambas pesquisas tiveram, ao menos nesse ponto, resultados semelhantes na minha perspectiva de investigação.

Sempre que leio ou releio os escritos de Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Abdias Nascimento e Frantz Fanon, por exemplo, eu não enxergo somente frases dispostas com o único propósito de atender às demandas e exigências científicas. Eu me sinto mergulhada em um cenário constituído de memória, revolta, anseio pela emancipação e uma dose generosa de ironia e denúncia acerca da realidade do povo preto. Em outras palavras, o que estas mulheres e estes homens carregam em sua forma de escrever que tanto me cativa é justamente aquilo que eu não consegui deixar de ser: a coragem de ser visceral.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação de mestrado, evidenciamos que o percurso da investigação que separa os objetivos dos resultados é aproximado pela metodologia da pesquisa-ação, sua perspectiva e seus princípios, bem como pelo quadro teórico construído, visando atender uma demanda genuinamente emancipatória, do ponto de vista sociológico.

Para alcançar os objetivos propostos, isto é, a caracterização da Roda Cultural de Benevides, tendo em vista a identificação dos elementos e das ações que a constitui, assim como a prática social de cooperação para o aperfeiçoamento da consciência racial, esta pesquisa foi sistematizada em quatro capítulos, cujas ideias estão articuladas entre si. A partir de tal encadeamento, derivou-se alguns apontamentos.

Inicialmente, o primeiro e segundo capítulos estão encadeados pelo tempo histórico que situa o município de Benevides em uma relação estabelecida entre o tempo presente e o tempo passado. A partir da argumentação desenvolvida por tais capítulos, podemos inferir que, se de um lado temos a colonialidade como expressão da opressão atual, do outro lado temos a resistência.

Em outros termos, argumentamos que, se por um lado, o racismo por omissão é uma expressão explícita da violência racial contemporânea, tal como evidenciamos por meio do contexto construído no município de Benevides, por outro lado, a mobilização pela construção e reconstrução cotidiana em favor da luta antirracista continua acontecendo.

Por sua vez, o terceiro e quarto capítulos aprofundam a discussão teórica que situa a RCDB como sujeito da pesquisa. O título de ambos capítulos são oriundos de poesias criadas pela poetisa Liz, mencionada nesta pesquisa. Assim, ao denominar o terceiro capítulo com a afirmação “o conflito é racial, porque a revolução nesse país é preta”, procuramos construir um referencial teórico que situa o problema racial como elemento central, uma vez que não existe outro caminho ou alternativa para conceber a luta antirracista, senão pelo tratamento explícito do problema racial e das suas implicações em nossa sociedade.

Para isso, dentre as possibilidades de posicionamentos que a nós se apresentam, desde o trato grosseiro à questão racial, até a postura omissa, negligente, indiferente e apática, argumento extensivamente desenvolvido nesta investigação, reiteramos no último capítulo o único posicionamento para nós e para esta conclusão de pesquisa possível, isto é, “não vão nos calar...aqui ainda gritamos por liberdade”. A utilização de tal afirmação categórica reflete o caráter cotidiano da atualização da luta antirracista no município de Benevides, a partir da ação de resistência protagonizada pelo coletivo da RCDB.

Desse modo, trouxemos à cena a RCDB e, a partir da análise dos elementos e das ações, concluímos que sua atuação atravessa a luta pelo direito à cultura, à cidade e ao lazer, mas que, para além disso, fornece importante contribuição para a luta antirracista contemporânea no município de Benevides. Assim, a RCDB é um coletivo antirracista que se expressa através da arte, isto é, de uma estratégia-outra, estabelecendo e construindo conexões com as ancestralidades.

Sabemos que a diversidade é um dos temas mais caros às ciências sociais, sobretudo a sociologia e a antropologia, de modo que a sua existência depende da manutenção das diferenças. Portanto, para que tal manutenção ocorra é necessário cultivar, lançando luz teórica e prática, às ações de resistências existentes na sociedade brasileira, considerando sempre as contradições e conflitos peculiares às relações sociais.

Nesse cenário de pesquisa, é necessário ressaltar ainda que, pessoalmente, a minha presença e interação com o coletivo cultural investigado teve como contribuição a nomeação das experiências. Isso significa afirmar que a minha participação não serviu para “despertar” ninguém para uma discussão que antes de mim fosse inexistente. Pois, se é verdade que não existiram registros das ações, das atuações, dos projetos, para além das redes sociais, de grupos de jovens que lutam em prol de determinada causa, antes desta pesquisa, tampouco isso significa inação, omissão e, ainda, desconhecimento sobre as relações raciais em Benevides.

Os saberes construídos na rua são constantemente reconstruídos. É fato que a investigação e a sistematização teórica têm seu valor, é vital para o aprofundamento e sofisticação do debate em nosso campo de estudo. Contudo, isso não implica ser precursor. Essa assertiva faz toda a diferença quando estamos lidando com movimentos de resistência.

Desse modo, podemos concluir afirmando que as duas principais considerações desta pesquisa, são também as suas principais contribuições em termos teórico e prático, isto é, primeiro avançamos ao corroborar para o desenvolvimento da categoria racismo por omissão, um modo de racismo proveniente do nosso passado colonial e que produz efeitos nefastos às relações sociais em nossos dias, considerando um recorte que situa o município de Benevides nesse contexto de teorização e, segundo, evidenciamos como a arte é uma resposta e a principal estratégia para a atualização da luta antirracista no território que é reconhecido como a “Terra da Liberdade da Amazônia”.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A COR DA CULTURA. **Valores Civilizatórios**. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/oprojeto>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

A ORIGEM DAS COISAS. **A Origem do Hip-Hop**. Disponível em: <https://origemdascosas.com/a-origem-do-hip-hop/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BEZERRA NETO, J. M. **Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará, 180-1888)**. 2009, 502 p. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP.

BORDA, B. G. S. **Vivências, tecnologias, ritmo e etnografia: Uma visão afro amazônica sobre o Rap Nacional**. 2016, 141 p. Tese (Doutor em Sociologia e Antropologia). Belém: PPGSA/UFGA.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 04 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 24 set. 2021.

CAMPOS, R.; SEQUEIRA, A. O mundo da arte urbana emergente: contextos e atores. **Todas as Artes. Revista luso-brasileira de Artes e Cultura**. Porto. v. 1, n. 2, p. 71-93, nov./dez. 2018.

CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, 2001.

CONCEIÇÃO, D. **Movimento Negro em Belém: ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros**. 2017, 167 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Belém: PPGSS/UFGA.

CRAVO, A. C. T. **“Haja Cacêtes!; Haja páo!” A Sociedade Libertadora de Benevides: abolicionistas, escravos e colonos na luta contra a escravidão (1881-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Belém: PPGHIST/UFGA.

DIÓGENES, G. Artes e Intervenções Urbanas entre esferas materiais e digitais: tensões legal e ilegal. **Análise social**, v. 217, n. L (4.º), p. 682-707, 2015.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, L. **Manas**: Mulheres negras construindo o Movimento Hip Hop em Belém do Pará. 2019, 349 p. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Belém: PPGSA/UFPA.

FLEURI, R. **Conversidade**: diálogo entre universidade e movimentos sociais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

GOMES, N. L. Diversidade Étnico-racial, Inclusão e equidade na Educação Brasileira: Desafios, Políticas e Práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 109–121, 2011.

\_\_\_\_\_. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

GONZALES, L. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino** n.1, p. 12-20, 2011.

\_\_\_\_\_. Racismo por omissão. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo Afro-latino-americano**: ensaios intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2020, p. 221-222.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História e informação administrativa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/historico>. Acesso em: 15 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/pesquisa/23/25124?detalhes=true>. Acesso em: 15 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/pesquisa/23/22107?detalhes=true>. Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Conectados globalmente, coletivos juvenis agem na realidade dos seus territórios**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/589351-conectados-globalmente-coletivos-juvenis-agem-na-realidade-de-seus-territorios-entrevista-especial-com-regina-novaes>. Acesso em: 08 out. 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, I. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. IV, n. 2, p. 333–354, 2000.

MARINO, A. **Coletivos culturais na cidade de São Paulo: ação cultural como ação política**. CELACC/ECA – USP, 2013.

\_\_\_\_\_. Cultura, Periferia e Direito à Cidade: coletividade em São Paulo e Bogotá. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.3, p.4 – 25, set/dez, 2015.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUTZENBERG, R. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, p. 415-447, mai./ago. 2015.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M<sup>a</sup> I. M.; EUGÊNIO, F. (Org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006, p. 105-120.

PROJETO DE LEI DE CRIMINALIZAÇÃO DO FUNK REPETE A HISTÓRIA DO SAMBA, DA CAPOEIRA E DO RAP. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40598774>. Acesso em: 08 out. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Revista Perú Indígena**. 13(29): 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wpcontent/uploads/2016/04/quijano.pdf>

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Edições Almedina, 2009, p. 73-117.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém: IAP; programa Raízes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SIQUEIRA, J. L. F. **Terra da liberdade Benevides: história e colonização**. Belém: Delta Gráfica e Editora Ltda, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

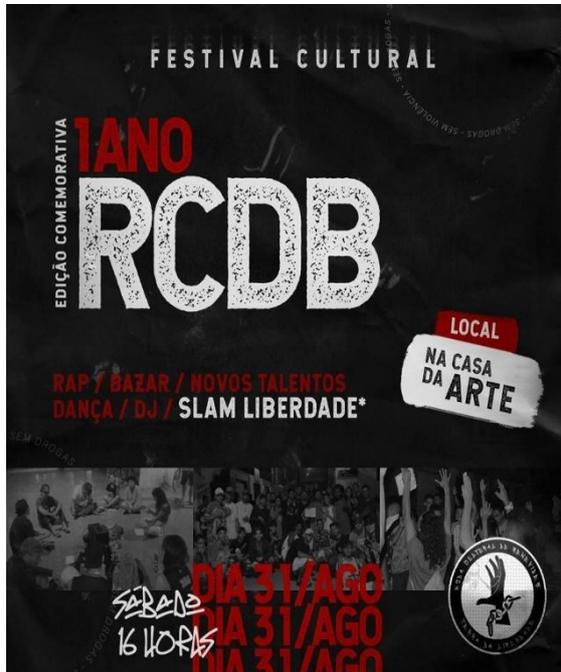
TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **História de redenção**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/historia-de-redencao-liberdade/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

WALSH, C. Lo Pedagógico y lo Decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, C. (Org.). **Pedagogías Decoloniales**: prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya-Yala, 2017, p. 23-68.

## **ANEXOS**

ANEXO 1 - Roda Cultural de Benevides



ANEXO 2 - SLAM Liberdade



## ANEXO 3 - Escola de MCS



*Roda Cultural de Benevides*  
**ESCOLA**  
 DE MCS  
 -  
 OFICINAS  
 27/02



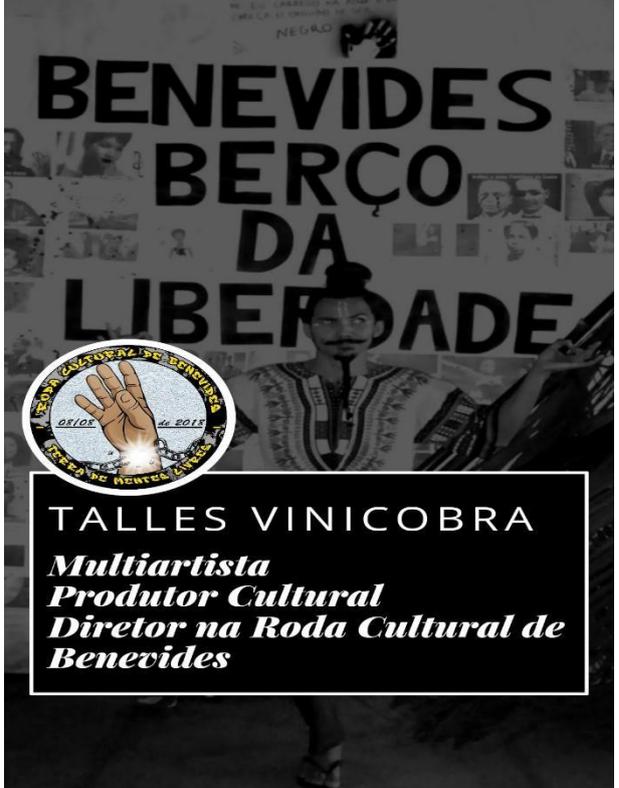








**POESTISA LIZ**  
*Bicampeã Estadual Slam  
 Co-fundadora do Slam  
 Liberdade  
 Diretora na Roda Cultural  
 de Benevides*



**TALLES VINICOBRA**  
*Multiartista  
 Produtor Cultural  
 Diretor na Roda Cultural de  
 Benevides*

## ANEXO 3 - 3º aniversário da Roda Cultural de Benevides

